



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DISCENTE: RIVANIA TELES
ORIENTADOR: DR. ISRAEL SOARES DE SOUSA
CURSO: LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SIGNIFICATIVAS OU MEMORIZAÇÃO DE
CONTEÚDOS?**

**CAJAZEIRAS - PB
2018**

RIVANIA TELES

**ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SIGNIFICATIVAS OU MEMORIZAÇÃO DE
CONTEÚDOS?**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Israel Soares de Sousa

CAJAZEIRAS – PB

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764

Cajazeiras - Paraíba

T269e Teles, Rivania.

Ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental: práticas pedagógicas significativas ou memorização de conteúdos? / Rivania Teles. - Cajazeiras, 2018.

59f.: il.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Israel Soares de Sousa.

Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2018.

1. Ensino de história. 2. Práticas pedagógicas. 3. Ensino fundamental. 4. Leitura. 5. Escrita. I. Sousa, Israel Soares de. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 94:37

RIVANIA TELES

**ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SIGNIFICATIVAS OU MEMORIZAÇÃO DE
CONTEÚDOS?**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Israel Soares de Sousa

Aprovada em: ___/___/___ Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Israel Soares de Sousa (Orientador)

Prof^a. Dr^a Ana Rita Uhle

Prof^a. Dr^a. Rosemere O. de Santana

*Dedico este trabalho à Maria Lior, minha
querida avó, pela sua dedicação e apoio
durante toda minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente á Deus por me conceder mais essa conquista, e o que seria de mim sem a fé que eu tenho Nele.

Aos colegas e professores que contribuíram grandemente para a minha formação, proporcionando momentos de grande aprendizado tanto no campo profissional, quanto pessoal.

Aos meus pais há quem devo a vida e que com muito carinho e dedicação contribuiu para que eu chegasse até aqui.

A escola municipal de ensino fundamental Vicente Felizardo Vieira, ao qual devo toda minha trajetória escolar e pela licença concedida as observações para conclusão final deste trabalho.

Ao professor e orientador Israel Soares de Sousa por sua paciência e apoio durante o amadurecimento dos meus conhecimentos e conceitos que tornaram possíveis a conclusão deste trabalho.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo investigar como as práticas pedagógicas referentes ao Ensino de História no Ensino Fundamental tem se realizado no cotidiano escolar. Partimos de um estudo de caso realizado na E. E. F. Vicente Felizardo Vieira, no município de Ipaumirim-CE, que se construiu a partir de uma série de observações nas aulas de uma turma do quarto ano; no período de setembro a novembro de 2017. Compreendemos que essa é uma realidade que ainda trata o ensino de História como um fazer que privilegia a memorização de datas e nomes e acontece de forma descontextualizada, não havendo relação com o processo de alfabetização dos educandos. Para respaldar nossa pesquisa, buscamos contextualizar os percursos históricos da disciplina de História no Brasil, discutir a relação entre ensino de História e a necessidade de alfabetização e letramento dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental; além de problematizar as práticas pedagógicas dos professores que atuam de primeiro ao quinto anos da Educação Básica. Utilizamos uma pesquisa de campo de aproximação e conhecimento da escola, a partir da qual, passamos a observar constantemente as aulas. Contextualizamos todas as dificuldades enfrentadas pelos docentes em relação ao seu processo de atuação profissional. Para referenciar nosso estudo, utilizamo-nos das ideias de autores como Bittencourt (2008); Fonseca (2003) e mesmo dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. Percebemos que, a prática do Ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental ainda precisa ser discutida e repensada, pois ainda se apresenta de maneira tradicional e factual.

Palavras-chave: Ensino de História; Práticas Pedagógicas; Leitura; Escrita; Letramento.

ABSTRACT

The present Work of Course Conclusion aims to investigate how the pedagogical practices referring to the Teaching of History in Elementary School have been carried out in school everyday. We started from a case study carried out in E. E. F. Vicente Felizardo Vieira, in the municipality of Ipaumirim-CE, which was constructed from a series of observations in the classes of a fourth-grade class; in the period from September to November of 2017. We understand that this is a reality that still treats the teaching of History as a doing that privileges the memorization of dates and names and takes place in a decontextualized way, having no relation with the literacy process of the students. In order to support our research, we seek to contextualize the historical paths of history in Brazil, to discuss the relationship between history teaching and the need for literacy and literacy of students in the initial years of elementary school; besides problematizing the pedagogical practices of teachers who work from the first to fifth years of Basic Education. We used a field research approach and knowledge of the school, from which we constantly observe the lessons. We contextualize all the difficulties faced by teachers in relation to their professional work process. To refer to our study, we use the ideas of authors such as Bittencourt (2008); Fonseca (2003) and even of the National Curricular Parameters - PCNs. We realize that the practice of Teaching History in the initial years of Elementary School still needs to be discussed and rethought, since it still presents in a traditional and factual way.

Keywords: History teaching; Pedagogical practices; Reading; Writing; Literature.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1 - A História como Disciplina Escolar.....	14
1.1 O Desafio do Ensino de História nos Anos Iniciais.....	21
1.2 O Professor como Incentivador do Processo de Aprendizagem e seu Papel no Ensino de História.....	27
Capítulo 2 - Leitura e Escrita nos anos iniciais a partir do Ensino de História.....	32
2.1 O Ensino de História e sua Relação com a Construção da Cidadania.....	37
Capítulo 3 - É Possível Aprender História nos Anos Iniciais?.....	42
Considerações Finais.....	56
Referências.....	59

1. INTRODUÇÃO

É a partir do primeiro ciclo do Ensino Fundamental que os alunos têm seu primeiro contato com as diferentes áreas do conhecimento, dentre essas a da História, disciplina na qual o aluno poderá desenvolver a sua capacidade crítica e compreender os acontecimentos do passado e também do seu próprio tempo e espaço. A importância do ensino de História nesse momento de vida do indivíduo é importante para sua formação como ser social e para a construção de sua identidade. Como se tratam de crianças ainda em processo de aprendizagem da escrita e da leitura, é necessário que o professor busque subsídios para desenvolver nelas, desde cedo, o prazer em aprender essas questões, desconstruindo a ideia de que a história só estuda o passado e os grandes feitos da humanidade, estimulando-os a compreender a disciplina como veículo de memória e identidade.

É intrigante pensar como crianças tão pequenas terão consciência para se trabalhar todas essas questões que permeiam a História, além da pouca idade não dominam totalmente a escrita e a leitura e sabemos o quanto esse processo é importante no desencadeamento de toda a sua aprendizagem, já que a alfabetização e o letramento são competências importantes para a construção do conhecimento e a aprendizagem. Por conseguinte, existe a ideia da impossibilidade do ensino de História para as crianças dessa idade, pois muitos acreditam que, pela a complexidade da disciplina, é impossível aprenderem importantes conceitos históricos ainda sendo tão pequenos; por esse motivo, cabe ao professor elaborar meios para que estes mesmos compreendam a importância da disciplina ensinada.

O ensino de história deveria aproximar os alunos da compreensão de seu tempo e espaço, a partir da aproximação do conteúdo com seus grupos: familiar, do seu lar, do seu bairro, da sua cidade para que mais adiante possam compreender acontecimentos importantes na História, e é na escola que o aluno construirá o seu saber histórico e todo esse saber dependerá do início dessa jornada escolar, o seu aprendizado não será isolado. Muitos fatores contribuirão para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem. Dentre estes, a formação dos docentes, metodologias de ensino e um ambiente estimulador, no caso a família, já que a relação família/escola é de suma importância e acaba gerando implicações diretas no desenvolvimento dos educandos.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral investigar como as práticas pedagógicas referentes ao Ensino de História no Ensino Fundamental tem se realizado no cotidiano escolar. Para realizar a citada investigação, utilizamo-nos de um estudo de caso, realizado na E. E. F. Vicente Felizardo Vieira, no município de Ipaumirim-CE. Para coleta de dados, realizamos uma série de observações nas aulas de uma turma do quarto ano; no período de setembro a novembro de 2017. Compreendemos que essa é uma realidade que ainda trata o ensino de História como um fazer que privilegie a memorização de datas e nomes e acontece de forma descontextualizada, não havendo relação com o processo de alfabetização dos educandos. Para respaldar nossa pesquisa, desenvolvemos os seguintes objetivos específicos: contextualizar os percursos históricos da disciplina de História no Brasil; discutir a relação entre ensino de História e a necessidade de alfabetização e letramento dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental; além de problematizar as práticas pedagógicas dos professores que atuam de primeiro ao quinto anos da Educação Básica.

O seguinte tema despertou-nos o interesse a partir de uma experiência vivenciada nos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois lecionamos durante alguns anos nessa etapa da Educação Básica e também no ensino fundamental II. Percebemos que a deficiência que alguns alunos possuem em ler e escrever, interfere no seu aprendizado, principalmente, no que diz respeito a interpretação de textos e ao ensino de conteúdos relacionado à história, visto que esses conteúdos e esses textos requerem muito mais do que uma simples leitura, exigem reflexão, interpretação, e um diálogo de ideias entre o leitor e o autor, é preciso um domínio e compreensão da narrativa histórica e para que ocorra essa interação é necessário também o domínio da leitura e da escrita.

Durante esse tempo, presenciamos esse tipo de dificuldade constantemente e diariamente em sala de aula, a deficiência que alguns alunos possuíam em ler e escrever atrapalhava o seu aprendizado e a partir de então percebemos que ali existia um problema que nos gerou os seguintes questionamentos: qual o motivo dessa deficiência, que muitas vezes, se arrasta ao longo da vida acadêmica do aluno, até mesmo alunos de séries mais adiantadas? Essa deficiência está mesmo relacionada à leitura e a escrita, pela falta dessas competências? Como que dentro do processo de ensino da leitura e escrita o docente encontra meios de ensinar e de fazer com que o aluno compreenda o conteúdo de História? Como esses alunos aprendem os diferentes conceitos da História, como noção de tempo, espaço, sociedade, entre

outros, visto que são crianças ainda em processo de aprendizagem da leitura e escrita? E a partir desses problemas nos fez pensar como essas interações contribuem para a formação do aluno enquanto ser social e construtor do saber histórico.

Durante a nossa jornada acadêmica e profissional, houve a necessidade e curiosidade pessoal em trabalhar na perspectiva de construir um projeto final embasado nessas diferentes questões que nos fizeram refletir sobre onde estará o problema dessa incompreensão, não de todos, mas, de boa parte dos alunos acerca dos conteúdos históricos, a falta de noção de tempo, de espaço, de diálogos e ideias dentro das diferentes perspectivas históricas que acompanham o discente durante toda sua jornada acadêmica, inclusive na academia, onde se percebe um grande número de alunos que chegam à Universidade sem o mínimo de raciocínio ou percepção dessas questões.

Nessa perspectiva, percebemos que essa deficiência não é natural ou típica da série em que se encontra o aluno, ela é adquirida, seja por fatores internos (pessoais) ou externos (relacionados à escola e a família), ou seja, depende da formação do aluno, da base, e essa base é construída a partir do ensino primário, da alfabetização e do ensino fundamental I. Se ela tiver uma boa base educacional e tiver o estímulo necessário dificilmente ela terá alguma dificuldade na construção do seu aprendizado. Portanto, por acreditar que essa deficiência se constrói a partir do início da sua formação, sentimos a necessidade de estudar o Ensino Fundamental I.

No primeiro capítulo faremos uma contextualização do percurso da disciplina de História no Brasil, desde o século XIX até final dos anos 1990, enfatizando as principais reformulações no seu currículo. Bem como, o papel fundamental do professor na construção do conhecimento histórico do aluno.

No segundo capítulo discutiremos a relação entre ensino de História e a necessidade de alfabetização e letramento dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, como esses processos são importantes para aprendizagem de História e compreensão do mundo, porém, nos anos iniciais os alunos não dominam tais práticas, desse modo, o docente conta com os diversos recursos para facilitar o ensino e aprendizagem de História, considerando que o conhecimento do educando pode ser construído de diversas formas.

No terceiro capítulo problematizaremos as práticas pedagógicas dos professores que atuam de primeiro ao quinto anos da Educação Básica, considerando a formação do docente

em Pedagogia, que não são preparados exclusivamente e nem se preocupam em desenvolver metodologias específicas para o ensino da disciplina, o objetivo é a alfabetização. Bem como, o percurso da pesquisa durante as observações e análises das aulas de História.

O ensino de História no primeiro ciclo do ensino fundamental é tão importante quanto nas series finais, aqui haverá o primeiro contato do aluno com a disciplina e construirá seu conhecimento histórico, percebendo quão importante ela é entendendo que a História não é feita somente pelos grandes nomes e acontecimentos, mas por todos os indivíduos, todos contribuem para a construção dessa História. E desde então o ensino de História a partir das series iniciais deve promover um ensino reflexivo construindo conceitos, análises e argumentos, instigando a formação do senso crítico desses alunos.

1. A História Como Disciplina Escolar

O ensino da História como disciplina regulamentada, surgiu no Brasil a partir do século XIX com a criação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, pautado pelo modelo europeu e voltado, exclusivamente, para a formação das elites, enfocando principalmente fatos políticos, datas comemorativas e a importância de grandes feitos pelos heróis nacionais.

No final da década de 1830, com a consolidação da disciplina, novos temas integraram os currículos educacionais de História, entre eles a História Sagrada, que constituía um elemento primordial para a formação moral e cristã dos indivíduos, ancorada aos ideais da Igreja Católica, mas sem descartar as influências do Estado na constituição do currículo de História. Nesse sentido, de acordo com os PCNs:

As propostas vigentes no ensino não distinguiam as ideias morais e religiosas das histórias políticas dos Estados, nem dos costumes dos povos. No período do Império prevaleceu a presença do ensino religioso no currículo escolar das escolas de primeiras letras e no nível secundário, visando dar legitimidade à aliança estabelecida entre o Estado e a Igreja. (p. 14, 1997).

O ensino dessa disciplina baseava-se nas histórias e ações dos clérigos considerados importantes, dos reis e heróis, abordando os acontecimentos considerados importantes como os únicos impulsionadores da história de uma determinada nação. Durante algum tempo, a História Sagrada se fez presente nos currículos escolares, juntamente com a História do Brasil e Civil, constituindo o pilar da disciplina a ser ensinada e um segmento para a instrução moral e cívica do homem em sociedade.

Assim, o sistema de ensino no Brasil, durante muito tempo, foi regido por fortes influências da Igreja Católica, os Colégios seguiam as ordens religiosas e ditavam o comportamento dos alunos dentro e fora dele, justamente por que a intenção era a formação de uma sociedade diferenciada, não se priorizava somente a alfabetização e o letramento, mas os valores, a moral e o civismo, aspectos esses que comportavam somente as elites.

A partir do final do século XIX, passou a ser estimulado um forte sentimento de nacionalismo e o Estado assumiu um papel de principal agente formador das concepções históricas da sociedade. A partir de então, os princípios religiosos como princípios de

formação para os cidadãos, vão aos poucos, sendo substituídos pela construção do patriotismo. As escolas religiosas perdiam espaço para as escolas leigas que se intensificavam a partir daquele período com a emergência da classe social burguesa.

Críticas a esse modelo de ensino, juntamente com as transformações de âmbito nacional, proporcionaram significativas mudanças à disciplina de História e, de acordo com Bittencourt (2008):

Seus objetivos continuaram ainda associados à formação de uma elite, mas com tendências pragmáticas. E a disciplina passou a ter uma função pedagógica mais definida em relação à sua importância na formação política dessa elite. (BITTENCOURT, 2008, p. 80).

Com isso, a História do Brasil ganhou significância e passou a proporcionar um conhecimento considerado necessário de ser contado da história do país, dando ênfase a um processo de formação política da elite burguesa.

A partir dos anos de 1930, programas e reformas foram criadas, com intuito de proporcionar um norte metodológico e mudar a conjuntura do ensino de História, mas apesar disso a disciplina continuava como um veículo principal de formação moral e patriota. Entretanto, outros acontecimentos assumiram *status* de significância para a História, como por exemplo, as transformações econômicas engendradas pela elite burguesa. Desde essa época, já se discutia a introdução da disciplina de Estudos Sociais nos currículos educacionais, sendo que esta só foi consolidada a partir de 1964 durante o Regime Militar.

Durante o período da Ditadura Militar, a formação para o magistério e o ensino eram contrários aos conceitos de democratização da disciplina que pensamos atualmente; os professores apenas poderiam reproduzir o que eram imposto pelo sistema em vigor, o ensino funcionava como um jogo de xadrez no qual as peças eram movidas de acordo com os interesses dos donos do jogo, no caso os militares.

O sistema educacional sofreu reformas sérias em sua base, entre elas a abolição do ensino de História do currículo escolar, uma vez que essa disciplina buscava enfatizar acontecimentos políticos e o senso crítico das pessoas, o que se tornava perigoso para os militares e por isso precisaria ser controlado. A intenção era eliminar toda e qualquer possibilidade de ameaça ao Regime. Por esse motivo, "[...] os professores de História se constituíram num dos principais alvos de vigilância da proposta educacional que se instalou

após a implantação do Regime Militar, tiveram sua disciplina reduzida e incorporada a outras, como Educação Moral e Cívica". , (PEREIRA, 2014).

A proposta de reorganização da disciplina incluía a substituição da História e da Geografia pelos Estudos Sociais; ou seja, além do conceito de civilização e nacionalismo, que era conveniente, naquele momento, despertar na população o sentimento de amor à pátria e influenciar o ideário de comprometimento e defesa da nação, dessa maneira haveria maior concordância com os ideais do Regime, havia também uma interferência dos norte-americanos na constituição da nova disciplina, que objetivava o estudo dos processos econômicos e sociais que ocorreram e ocorriam no país. A partir de então:

Os Estudos Sociais, de inspiração norte-americana, implantados há alguns anos, foram institucionalizados nos currículos das escolas brasileiras. Essa medida, em conjunto com as demais estratégias do regime, provocou mudanças no ensino da área de Ciências Humanas, desvalorizando e até mesmo descaracterizando as áreas e disciplinas, o que gerou inúmeras resistências. (FONSECA, 2009, p. 22).

A disciplina de Estudos Sociais constituiu-se como mais de um componente curricular, mas como uma ferramenta importante para a formação social do indivíduo alinhado aos ideais dominantes, na verdade, a intenção do Regime era promover um ensino ideológico e que transformasse as pessoas em seres passivos e obedientes a pátria e ao sistema. Para Nascimento (2016), a ideia era formar o cidadão no espírito de passividade e obediência em relação àqueles cuja função social seria fazer política, portanto, os que diziam que resolveriam os problemas do Brasil. Forjou-se a ideia de que o Brasil caminharia para um futuro promissor, mas que seria necessária a união de todos para a concretização desta meta, inclusive, o conhecimento histórico foi mobilizado para formar os cidadãos de acordo com os princípios do regime militar.

É importante mencionar que a história do nacionalismo também estava vinculada a história europeia, por esta ser considerada o berço da Nação. Com o processo de conquista do Brasil pelos portugueses, o país se tornou um lugar oriundo de diferentes povos: o índio, o negro e o europeu, mas privilegiando, a ação europeia. Assim, “não havia, no entanto, crítica ao predomínio de uma História eurocêntrica e ao conceito de civilização. “A genealogia da nação” encontrava-se na Europa e o mundo brasileiro era branco e cristão”. (BITTENCOURT, 2008, p. 83). Ou seja, uma tese carregada de preconceito, reforçada desde 1838 com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB).

O ensino dos Estudos Sociais foi assim marcado por uma constante preocupação com o nacionalismo, a memorização dos acontecimentos nacionais e os grandes nomes que fizeram parte da construção da história oficial do país; esses elementos constituíram os conteúdos básicos a serem ensinados nas novas disciplinas. Segundo Fonseca (2009):

Os fatos políticos, as datas cívicas e os nomes de heróis foram durante anos os conteúdos mais transmitidos, e deviam ser memorizados de forma mecânica pelos alunos. O papel do professor limitava-se ao de mero reprodutor de conteúdos, e os alunos, ao de espectadores passivos de determinados “conteúdos”, o que acabava legitimando e perpetuando a “memória dos vencedores”, a chamada “História oficial”. (2009, p.43).

Os livros didáticos eram utilizados como uma ferramenta importante para o professor e deveriam funcionar como um manual a ser seguido; ou seja, ditavam o seu comportamento em sala de aula. Durante o Regime, os conteúdos transmitidos através dos livros didáticos também passaram a ser objeto de controle e as informações contidas nos mesmos não poderiam despertar nos alunos qualquer tipo de manifestação crítica, seus conteúdos serviam apenas para exercitar a leitura, a memorização e repetição.

Outro aspecto importante nesse contexto foi a formação dos professores, que foi utilizada como requisito para o ensino das novas disciplinas. O surgimento dos chamados Cursos de Licenciaturas Curtas, proporcionavam uma especialização básica exigida e sob alto controle do Estado, desse modo, os alunos eram formados dentro dos padrões do regime e somente eles poderiam ministrá-las, diferentemente das outras formações de licenciaturas, gerando uma desqualificação dos antigos e também dos atuais profissionais. Para os militares, a formação ideal para a realidade do momento, cidadãos patriotas e amantes da nação. Além disso:

Isso influenciou no cotidiano escolar, pois professores malformados não conseguiam dar conta de um ensino de qualidade. Profissionais que não dominam os fundamentos mínimos da História não conseguem incentivar o pensar historicamente e o pensamento autônomo dos alunos. (NASCIMENTO, 2016, p. 35-36).

Mesmo durante o período da Ditadura e após o seu fim, com a abertura política, novos debates, temas e metodologias, principalmente no ensino de História, geraram críticas sobre os antigos currículos e propostas para o surgimento de novos foram postos em discussão, a

fim, de reformular o verdadeiro propósito do ensino da disciplina, até então, de caráter ideológico e civilizatório. Tanto os professores do ensino básico quanto do ensino superior mobilizaram-se travando uma verdadeira luta contra o sistema e a favor da modificação do ensino e do retorno das disciplinas História e Geografia, destaca-se durante esse processo:

[...] a realização de congressos, simpósios e encontros, cuja temática principal passou a ser o ensino de História. Vale salientar que as discussões foram sendo organizadas com perspectiva de entender a disciplina história de forma autônoma. A década de 1980 é também expressiva no que se refere a luta encetada em universidades, associações e entidades profissionais com o objetivo de combater a proposta de Estudos Sociais, identificada com os interesses e a ideologia dos representantes da ditadura militar brasileira. (SCHMIDT, 2004, p.11).

Essas mudanças eram necessárias, pois a sociedade já não era a mesma, e nem poderia ser, com as transformações que estavam ocorrendo e com os diferentes grupos sociais que surgiam, era preciso visibilizar os movimentos históricos desses grupos, dessa nova configuração social, nesse contexto a escola e os professores possuíam um papel importante no processo de reestruturação.

A visibilidade das lutas de outros segmentos da sociedade se constituiu em importante campo de estudos e mereciam ganhar um olhar diferenciado, juntamente com as críticas em torno da história tradicional, contrariando a ideia de que a história é impulsionada exclusivamente pelos grandes nomes e acontecimentos a responsabilidade explicar a história de um país, pessoas comuns também receberam essa função, foram entendidos como sujeitos históricos e participavam constantemente dessa construção. Nessa perspectiva:

As propostas curriculares passaram a ser influenciadas pelo debate entre as diversas tendências historiográficas. Os historiadores voltaram-se para a abordagem de novas problemáticas e temáticas de estudo, sensibilizados por questões ligadas à história social, cultural e do cotidiano, sugerindo possibilidades de rever no ensino fundamental o formalismo da abordagem histórica tradicional. (PCNs, 1998, p. 19).

Entre essas propostas, entrava em discussão o retorno da História e da Geografia ao currículo escolar, em substituição as disciplinas implantadas pelo Regime; além da readequação de seu caráter ideológico. Assim, a partir dos anos 1980, com o processo de

democratização e uma maior aproximação entre professores e pesquisadores, juntamente com a criação de associações, o ensino de História começou a ganhar diferentes significados e certa autonomia.

O ensino mecanizado, a memorização e o livro didático como única possibilidade ou fonte de estudo começaram a ser duramente criticados e repensados, os métodos tradicionais não poderiam mais dar conta da nova realidade social, pelo fato de que o avanço tecnológico está sempre proporcionando novos métodos que se tornaram importantes e vieram contribuir para a construção do conhecimento histórico do aluno, assim, o seu papel e o seu aprendizado não se resumiria apenas em ouvir e reproduzir. Além disso, a influência de concepções pedagógicas gestadas nos movimentos sociais, como é o caso da Educação Popular, passou a interferir no próprio currículo e metodologia do ensino da História.

O surgimento de outros campos de estudo da História; como a história das mentalidades, a micro história e a história cultural, por exemplo, passou a constituir um variado leque de possibilidades de temáticas e ganharam um olhar diferenciado, juntamente com as críticas em torno da história tradicional, pois se entendia que não cabia somente aos grandes nomes e acontecimento a exclusividade de explicação da história de um país.

Essas mudanças no ensino de História surgiram com o intuito de proporcionar ao aluno uma visão diferenciada para o estudo dos conceitos históricos, desconstruindo o ensino linear dos fatos, de grandes datas e heróis. Por esse motivo, a multiplicidade de interpretações passam a tentar dar conta da complexidade dos fatos sociais, conforme nos informam Borges e Braga (2004):

No ensino de história o principal objetivo é compreender e interpretar as várias versões do fato, e não apenas memorizá-lo. Sem que se identifique, preserve, compreenda, sem que se indique onde se encontram outros fatos e qual o seu valor, não pode haver continuidade consciente no tempo, mas somente a eterna mudança do mundo e do ciclo biológico das criaturas que nele vivem. (2004, p. 6).

Nesse sentido, o discurso que girou em torno das mudanças do ensino de História indicava a construção do aluno em um ser pensante, crítico, reflexivo e atuante na sociedade, conceitos esses que ainda tentamos trabalhar no ensino de História hoje.

Em 1996, foi criada e sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), propondo um conjunto de modificações e princípios para um novo sistema

de educação, a nova lei reforçava a gratuidade e a igualdade de um ensino de qualidade; além disso, buscou estabelecer que todos tivessem acesso à educação, ao Ensino Básico e a Educação de Jovens e Adultos (EJA); além de formação superior, exigida para o exercício da docência.

Em relação ao ensino de História, de acordo com o Art. 26 da LDB “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.” (BRASIL, 1996, p. 16). Ou seja, o ensino de História deveria dar ênfase à história desses povos na constituição da nação brasileira e sua diversidade cultural. Mais tarde, com a nova Lei Federal nº 10.639/2003, a partir das lutas do Movimento Negro no Brasil, tornou-se obrigatório o estudo da História da África, “resgatando a importância do estudo das lutas dos africanos e afro-brasileiros, da História e da cultura destes povos.” (FONSECA, 2009, p. 33). Incluindo-se no calendário escolar o dia 20 de novembro consagrado ao Dia Nacional da Consciência Negra.

A criação da LDB proporcionou ao ensino de História a introdução de temas e metodologias importantes para seu fazer docente e, principalmente no que diz respeito à História do Brasil, buscou valorizar os aspectos culturais e suas contribuições para o campo social e econômico; além da integração dos direitos e deveres desses povos que foram ganhando espaço na sociedade brasileira. Compreendemos, porém, que é preciso investigar a relação entre a legislação e a efetivação da mesma, pois, nem sempre o que está previsto nos nossos códigos legais são efetivados na prática.

Além da LDB, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece um conjunto de propostas para se pensar o ensino de História, a fim de facilitar o ensino e a aprendizagem da disciplina, entre essas, a fundamentação da ideia de relação do passado com o presente, para que os alunos tenham conhecimento desse vínculo, que não podem ser pensados de forma isolada, mas que essa relação não se faz espontaneamente é necessário um conjunto de referências que nos possibilite identificar, analisar e compreender essa relação. A utilização de diferentes métodos incitando a compreensão entre os diferentes conceitos da disciplina, propiciando ao aluno construir seus próprios meios de investigação e conclusões.

As propostas da BNCC geram discussões, que apontam as fragilidades em sua estrutura, quanto à forma de organização curricular, destacamos algumas observações de Apple sobre currículo:

O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e na sala de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo. (2011, p 71).

Ou seja, por trás de suas propostas há interesses e influências dos poderosos, uma vez que, o marco histórico-político que desencadeou a discussão da Base Nacional foi a política do governo federal, até então dirigida pelo governo do Partido dos Trabalhadores – PT... (SILVA, 2016, p. 5). Desde o final do século XIX existe programas de reformas, críticas e propostas de mudança no currículo da disciplina de História, mesmo assim seu ensino permanecia no viés tradicional, de fato, essas reformas pouco contribuem para o verdadeiro propósito de ensino e autonomia dos sujeitos.

Se por um lado a BNCC trouxe propostas e perspectivas para a prática curricular do ensino de história, sua estrutura e seus objetivos não foram alcançados na sua plenitude considerando que numa rede pública de ensino, com a realidade de algumas escolas e deficiências de ensino e aprendizagem, suas diretrizes não serão acatadas ao pé da linha e nem solucionará as lacunas da educação brasileira.

1.1 O Desafio do Ensino de História nos Anos Iniciais

Ensinar História nos anos iniciais não é uma tarefa fácil, por se tratar de crianças ainda em fase de alfabetização, o ensino dessa disciplina é ainda mais complexo, pois é necessário se pensar como esses alunos compreenderão os principais conceitos que norteiam a História, como tempo histórico, fatos, fontes históricas, entre outros. É importante aproximar a disciplina das realidades dos alunos, pois assim será mais fácil dar sentido à disciplina ensinada, o porquê de estudar História? E para que serve? Para que se percebam como

sujeitos históricos, desenvolvendo sua capacidade de reflexão, e compreensão do mundo em que vivemos.

É importante também que, aos poucos, os alunos percebam a necessidade em estudar o passado e entendam que os acontecimentos estão relacionados também com o presente, e que o estudo da vida do homem e das sociedades ao longo do tempo é indispensável para compreendermos as transformações da vida social, percebendo esse diálogo entre passado e presente, considerando:

Essa forma clássica de pensar a História permite estabelecer relações de causa e efeito entre acontecimentos de períodos sucessivos e, para o aluno, apresenta a vantagem de dar um sentido ao presente, tendo como referência o passado, é o cerne da utilidade social da História.(SCHMIDT E CAINELLI, 2004, p. 76).

No contexto escolar, é essencial que não subestimemos a capacidade de aprendizagem desses alunos, sabemos que muitas vezes há uma discriminação com os discentes, acreditando-se que os mesmos, por conta da faixa etária, não serão capazes de apreender tais conteúdos, esquecendo-nos de que a aprendizagem e, principalmente a construção do conhecimento histórico, depende de inúmeros fatores, como por exemplo, a saúde mental e física da criança e de um ambiente estimulador, tanto familiar quanto por parte da escola e pelo professor, que contribuirão positivamente ou negativamente para o bom desempenho e o aprendizado desses alunos.

Desde que nascemos, estamos inseridos em um determinado grupo social, todos nós fazemos parte de vários grupos, e por isso desenvolvemos características que nos são primordiais para que possamos nos reconhecer como indivíduos racionais capazes de agir e interagir com o outro e com o ambiente em que vivemos, assim, construindo relações socioculturais. Nosso aprendizado não é isolado, ele é fruto de uma rede de estímulos no meio social ao qual estamos inseridos que intervém de diversas maneiras em nosso aprendizado.

Desse modo, precisamos compreender que as crianças não chegam à escola desprovida de conhecimento e que somente desenvolverá seu aprendizado com o professor, essa é uma visão equivocada, pois ela já carrega consigo certa bagagem de conhecimentos, adquiridos constantemente no seu cotidiano e a partir de suas relações individuais. Por isso, os PCNs prevêm que:

Os conteúdos de História para o primeiro ciclo enfocam, preferencialmente, diferentes histórias pertencentes ao local em que o aluno convive, dimensionado em diferentes tempos. Os estudos da história local conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. (1998, p. 40).

Considerando esse critério, o ensino de História nos anos iniciais deve abordar o local de vivência do aluno, possibilitando a partir do seu dia a dia e de seu convívio social, compreender os acontecimentos e as transformações do presente relacionando-os com o passado, dessa maneira, o aluno terá maior facilidade na construção do seu conhecimento histórico. Sem nos esquecermos de que esses alunos ainda estão em processo de alfabetização, e por esse motivo, devemos apresentar recursos que possibilitem melhor absorção da disciplina, não se atendo ao livro didático e a longos textos com informações que muitas vezes fogem da realidade do aluno.

Cabe ao professor buscar subsídios que estimulem a aprendizagem desses alunos, para que a transmissão de seus conteúdos não se torne tediosa e sem sentido para ambas as partes. A ludicidade como ferramenta de ensino pode ser uma perspectiva proveitosa para se trabalhar nessa faixa etária, pois podem despertar a atenção e a concentração da criança, “nesse sentido, a leitura de fotos, a observação de obras de arte, o desenho e as pinturas, as brincadeiras, a dramatização e a criação de histórias são, entre outros, recursos valiosos”. (HIPOLIDE, 2009, p. 19). Essas são possibilidades pedagógicas que, na maioria das vezes, podem proporcionar maior aprendizado e prazer em aprender essas questões e conseqüentemente pela disciplina, buscando envolver o aluno a partir de coisas simples, do seu dia a dia, do seu ambiente para que consigam assimilar as informações que lhes são apresentadas.

Mas por outro lado, devemos ter cautela para não acabar atribuindo um caráter simplista à História, apenas de comparações, é necessário instigar a reflexão na criança para que ela elabore seus próprios conceitos e conclusões, percebendo as mudanças e permanências ocorridas no decorrer dos tempos e em diferentes momentos da história. Não se limitando ao abstrato e a imaginação, transformando a História em meras historinhas cotidianas e superficiais.

Sabemos, porém, que práticas pedagógicas significativas no ensino de História não são muito exploradas nas nossas escolas, assim, as propostas curriculares propostas pelos PCNs,

difícilmente não postas em prática e nem viabilizadas, muita das vezes, o professor nem tem acesso ou até mesmo desconhece as Diretrizes Curriculares de ensino do seu próprio Estado, importantes para nortear as práticas educativas, fornecendo subsídios para o aprimoramento do ensino e da aprendizagem.

Nos conteúdos direcionados à disciplina de História, podemos perceber muitas reformulações e um caráter mais democrático de temas que a disciplina tem ganhado nos últimos tempos, graças às contribuições da Nova História, possibilitando novos campos de estudo, metodologias que podem ser trabalhadas em sala de aula, como temas relacionados à História do cotidiano, local e de pessoas comuns, uma História além da política, econômica e de datas cívicas, proporcionando outras visões de ensino-aprendizagem. Mesmo com todas essas transformações que proporcionam um leque de possibilidades para um ensino diversificado, continua-se a ideia de que a História se resume nos feitos dos heróis, de grandes personagens e de datas comemorativas, como os únicos conteúdos históricos a serem apreendidos por esses alunos.

Essa prática contribui por não serem introduzidos os conceitos históricos realmente importantes e que necessitam ser trabalhados a partir dessa primeira fase do ensino fundamental, nessa perspectiva, “os PCN de História, os quais de certa forma consolidam essa tendência, tem como conceitos básicos a cultura, a organização social e do trabalho e noções de tempo/espaço históricos, a serem introduzidos a partir do processo de alfabetização” (BITTENCOURT, 2008, p. 113).

Nos anos iniciais a alfabetização é uma prioridade e o estudo das outras disciplinas se torna pouco relevante ou ficam em segundo plano, evidente, que a leitura e a escrita são ferramentas indispensáveis e necessárias para a compreensão do mundo, mas que deverá ser ensinada de maneira harmoniosa com as demais disciplinas. No que concerne ao ensino de História, a “alfabetização histórica” também é importante, é o alicerce para a construção e a aprendizagem do saber histórico, é a partir dos anos iniciais que a criança tem o seu primeiro contato com a História, onde nessa disciplina, desenvolverá a capacidade de percepção de sujeitos construtores e transformadores da história e de sua formação como ser social e, principalmente na construção de sua identidade, por essa razão:

É de grande importância que os estudos de História estejam constantemente pautados na construção da noção de identidade, através do estabelecimento

de relações entre identidades individuais, sociais. O ensino de História deve permitir que os alunos se compreendam a partir de suas próprias representações, da época em que vivem, inseridos num grupo, e, ao mesmo tempo resgatem a diversidade e pratiquem uma análise crítica de uma memória que é transmitida. (PEREIRA, 2011, p. 2).

Considerando que a criança não tem ideia do sentido de todas essas definições da História, a noção desses conceitos será construída gradualmente e com o professor como aporte para estabelecimento desses conceitos, utilizando metodologias e fornecendo elementos para a aprendizagem e a construção do saber histórico do aluno.

Um fator relevante a ser observado durante o ensino da disciplina de História nos anos iniciais é a formação adversa do professor para ministrá-la, “visto que as licenciaturas em História não habilitam para o magistério nas séries iniciais do ensino fundamental e a graduação em Pedagogia não aborda questões consideradas fundamentais para os historiadores.” (OLIVEIRA, 2003, p. 6). Ao contrário do Ensino Fundamental II que tem um especialista formado para tal, no Fundamental I um pedagogo é o responsável tanto pela alfabetização, quanto pelo ensino de outras áreas, além da de História, não é uma crítica do mérito pessoal, mas da formação como um todo. Esse é um fato que merece nossa atenção, pois a formação desse profissional é completamente diferente a de um professor historiador, o que se torna um desafio duplo para eles, pois, além do processo de alfabetização pelo qual esses alunos ainda estão passando, há também o fato de que eles não possuem o conhecimento necessário, obtidos no decorrer da formação para a disciplina em questão.

Nesse contexto, os professores precisam desenvolver diferentes mecanismos e habilidades, além de sua formação específica, para que consigam se adequar ao currículo proposto, bem como, na construção dos conteúdos da disciplina, o que não tem ocorrido na prática, pois muitas aulas de História são vivenciadas de maneira inexperiente, os professores não têm usado os conhecimentos que possuem sobre a disciplina e as experiências individuais ou coletivas agregadas ao longo da vida. Lembrando que, muitos professores das séries iniciais também não são formados em Pedagogia, em sua maioria possuem o 2º grau ou o antigo curso Normal, formação média que habilitava o exercício do magistério para os anos iniciais. Mas, isso não quer dizer que um pedagogo não saiba ou não tenha a capacidade de ensinar a disciplina, isso vai depender do sujeito e do seu grau de instrução, ressalta FONSECA:

O exercício da docência consiste no domínio, na transmissão e na produção de um conjunto de saberes e valores por meio de processos educativos desenvolvidos no interior sistema de educação escolar. Esse saber docente é, de acordo com a literatura da área, um saber plural, heterogêneo, construído ao longo da história de vida do sujeito. (2010, p. 63).

Essa demanda do ensino de História para as séries iniciais não deveria ser vista de modo isolado, anos iniciais do fundamental um pedagogo, anos finais um historiador, construindo uma maneira adversa o ensino da disciplina, isso acaba gerando uma imprecisão quanto à aprendizagem da disciplina por parte dos alunos, isso por que, nos anos iniciais a História ensinada é a que leva em consideração o seu cotidiano, o seu local de vivência, instruído, muitas vezes, de maneira lúdica.

Quando o aluno chega aos anos finais do ensino fundamental se depara com uma História completamente diferente a que estava acostumado, aquela onde ele precisará de maior abstração e raciocínio, de reflexão, investigação e as datas dos acontecimentos na história não serão mais apenas a da Independência, a do Índio ou a do Descobrimento do Brasil, mas ele se depara com “uma elevada carga de datas históricas a serem decoradas, isso é um aprendizado desvinculado da realidade concreta do educando, negando sua ação enquanto sujeito histórico e que priorizava a pura e simples memorização mecânica. Esses fundamentos provocavam no educando uma relação negativa com o saber histórico, compreendendo com um conhecimento determinista de pura “decoreba.” (SILVA, 2012, p. 3). Essa configuração, torna a História uma disciplina tediosa e contraria seu caráter de construção, quando só se compreende o passado como um “aglomerado” de datas que, para a maioria dos alunos, não tem o menor significado, pois não condiz com sua realidade, ou não apresenta nenhuma relação com ela.

Em vista disto, deveria haver um consenso entre as áreas em questão, a Pedagogia e História, a partir do qual pudessem rever e formular estratégias que pudessem melhorar o ensino e a aprendizagem a partir dos anos iniciais. Acerca disso, OLIVEIRA (2003), nos aponta que “pesquisadores do ensino não podem fazer isto sem parceria com os professores das séries iniciais não entendidos como *campo de pesquisa*, mas como construtores de saberes, como parceiros na empreitada de entender os problemas e construir possíveis alternativas, contribuindo com historiadores e pedagogos no processo de repensar o ensino de História.”

1.2 O professor como incentivador do processo de aprendizagem e seu papel no ensino de História

A escola é o lugar de desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades e experiências, sendo responsável pela formação do indivíduo na sociedade, nos ensina valores que são essenciais para que possamos conviver e a nos relacionarmos socialmente, um lugar de promoção do conhecimento. A comunidade escolar, em geral, tem participação fundamental no processo de ensino e aprendizagem, por isso não podemos esquecer o quanto o professor é importante na construção desse processo.

O professor é entendido então como um mediador entre o conhecimento e o aluno, assim, possui papel primordial, muitas vezes, é visto como mestre e detentor do saber, e não muito raro, é reverenciado pelo o aluno e assim exerce sobre ele certo “poder”, podendo transformar-se em algo positivo ou negativo. No convívio escolar o professor se relaciona de diversas maneiras com o aluno, através de seu método de ensino, podendo tornar-se amigo ou averso ao aluno, contribuindo para o seu desinteresse e desistência.

Essa relação estimula e, também pode desestimular o aluno, sendo preciso levá-la em consideração no processo de ensino-aprendizagem, considerando também, que essa relação professor-aluno não é tão simples de se construir e é algo que precisa ser conquistado ao longo do tempo:

Esta relação (professor-aluno) é difícil; sem dúvida uma das mais difíceis de ser exercida em nossa sociedade. É primeiramente uma relação assimétrica, em que a carga da competência e experiência dá licença, de parte do ensinante, de um exercício de um domínio que é muito fácil de consagrar nos meios de instituições hierárquicas e coercitivas. A tendência espontânea do ensinante é pensar que o ensinado não sabe de nada, que aprender é passar de ignorância ao saber, e que esta passagem está em poder do mestre. Ora, o ensinado trás alguma coisa, aptidões e gostos, saberes anteriores e saberes paralelos, e, sobretudo, um projeto de realizações pessoais que não será, se não parcialmente, preenchido pela instrução, pela preparação profissional, ou pela aquisição de uma cultura para os momentos de lazer. O contrato que liga o professor ao aluno comporta uma reciprocidade essencial, que é o princípio e a base de uma colaboração. Contribuindo para a realização parcial do projeto do aluno, o professor continua a aprender: ele é verdadeiramente ensinado pelos seus alunos, e assim, recebe deles ocasião e permissão de realizar o seu próprio projeto de conhecimento e de saber. (SANTOS, 2001, p. 4).

Nessa relação, não tem que se menosprezar e nem subestimar a capacidade do aluno, pensando o professor, que sua mente nada mais é que uma *tábula* rasa, o aluno também tem

muito a ensinar, é portador de muitos conhecimentos, “é exatamente nesse sentido que devemos considerar as experiências sociais acumuladas de cada aluno e seu contexto social, de modo a construir a partir daí, um ambiente escolar acolhedor em que o aluno se sinta parte e esteja totalmente aberto a novas aprendizagens.” (BULGRAEN, 2010, p. 33). O professor não só ensina como também aprende, é o aprender-ensinar e o ensinar-aprender que está constantemente presente na sala de aula.

As ações que o professor desempenha na sala de aula influenciam no aprendizado do aluno, sua postura e comportamento devem ser levados em consideração, nas palavras de CARVALHO (2001), essas ações, por sua vez, estão fundamentadas numa determinada concepção do papel do professor, o qual reflete valores padrões de uma determinada sociedade. Portanto aspectos sociais, culturais e até políticos condicionam as formas de relacionamento professor-aluno, as quais, por sua vez, produzem tipos diferentes, de ação em sala de aula, tornando o papel do professor cada vez mais complexo e ambíguo.

Contudo, a responsabilidade do aprendizado do aluno não se aplica somente ao professor, evidentemente ele tem contribuição indispensável no seu desenvolvimento, mas que esse aprendizado necessita e depende de fatores cognitivos, socioculturais, afetivo e pedagógico que o favorecem ou não, como bons educandos devemos estar atentos a evidências que venham a prejudicar esse aprendizado, além do método de ensino, do estímulo e a motivação por parte do professor, há elementos que os impedem de aprender.

Primeiramente, é no ambiente familiar que o indivíduo adquire as primeiras experiências sociais e educacionais, a estrutura, o estilo de vida e valores exerce forte influência que causaram grandes impactos no seu desenvolvimento, não refletindo apenas no seu comportamento, mas na sua maneira de enxergar o mundo, portanto:

Não há como ignorar que a forma como as famílias estão estruturadas podem interferir no processo ensino aprendizagem, pois as crianças que vivem em famílias que tem uma interação saudável com presença de uma união estável e coesa, com capacidade de dialogo, com recursos para ter uma vida digna, apresentarão, na maioria das vezes, excelentes resultados durante toda sua vida escolar e social. Já os membros de uma família desestruturada, geralmente se mostram defensivos, distantes, agressivos e tendem a apresentarem, na maioria das vezes, dificuldades em sua vida escolar e social. (VIEIRA, 2015, p. 01).

Segundo o autor, a estrutura familiar interfere no processo de ensino e aprendizagem, mas isso não significa dizer que em uma “família bem estruturada”, composta por pai e mãe na mais perfeita união, seus filhos não apresente nenhuma dificuldade de aprendizagem. Contudo, essa é uma realidade constantemente encontrada no ambiente escolar, alunos advindos de famílias desestruturadas e formadas por diferentes membros, padrastos, tios, avós ou só a mãe, e essas relações familiares refletem na escola e interferem no desempenho e na vida escolar do aluno. Assim sendo, a participação da família, qualquer que seja sua configuração, é fundamental e sua relação com a escola se torna indiscutivelmente necessária, transmite autoconfiança, interesse e preocupação com o desempenho escolar de seus filhos/alunos, encorajando-os e estimulando sua aprendizagem.

A escola ou o professor por si só não é capaz de mudar ou impor sozinho qualquer função de valor ou de comportamento no aluno, isso a princípio é tarefa da família, não é uma responsabilidade inteiramente atribuída à escola, é importante se pensar o quanto “a parceria entre família-escola é fundamental, pois juntas podem encontrar soluções cabíveis para que a aprendizagem do aluno seja adequada.” (VELOSO, 2014, p. 23). E o quanto essa ausência é prejudicial vindo a tornar-se uma relação de fracasso, com desinteresse, baixo desempenho e repetência, e isso não é bom para o aluno e nem para o professor.

Por esses e outros motivos, que temos que conhecer a realidade na qual os alunos estão inseridos, ser um bom professor não é somente saber dar uma boa aula e ter uma boa metodologia, é necessário saber se os alunos estão aprendendo, ou o por que de não estarem aprendendo, quais problemas estão enfrentando que impossibilitam o processo de ensino/aprendizagem, conhecer suas dificuldades, angústias e necessidades, estabelecer uma relação de afetividade com o aluno também são importantes e faz parte da nossa função, visto que, todos esses elementos interferem negativamente nos resultados do sequente processo.

No que concerne ao ensino de História, o professor tem posição central na construção do saber histórico, a partir de sua prática pedagógica, sua metodologia, na transmissão das questões históricas que estimulem o aluno na construção de seu pensamento crítico e análise das ações individuais e em sociedade, ou seja, se percebam como parte de uma identidade social são elementos essenciais para efetivar o processo de desenvolvimento da aprendizagem e de como se pensar a disciplina, sem torná-la desestimulante. Considerando que, sem essa interação esse processo se torna impraticável, já que:

O ensino e a aprendizagem de História no Ensino Fundamental se alicerçam no trabalho do professor, que deve ter o intuito de introduzir o aluno na leitura das diversas formas de informação, com a visão histórica dos fatos e dos agentes. (PEREIRA, 2011, p. 7).

Com relação ao ensino de História, hoje se sabe que estudar História, interpretá-la, ensiná-la, não é tão fácil como parecia, um mero instrumento de propaganda ideológica ou conformação dos sujeitos. Nos anos iniciais essa complexidade do ensino de História é de uma proporção ainda maior, introduzir conceitos como de tempo, espaço, sociedade, cultura, fatos e fontes históricas, política e economia, sem fugir da proposta curricular exigida, a crianças entre sete e nove anos de idade é árduo.

Fazê-las compreender a História como veículo de identidade e formadora de uma “consciência histórica” é desafiador, e cabe ao professor a tarefa de inserção desses conceitos, “assim, a aula de história possibilita a construção do saber histórico através da relação interativa entre educador e educando, transformando essa prática em ato político, no sentido de transformação consciente do fazer histórico.” (PEREIRA, 2011, p. 7-8).

Para que esse exercício seja efetivado é preciso haver um preparo constante e atual do professor, uma vez que, devemos entender a importância de estar sempre atualizado com relação a sua formação, estarem aptos a realizar sua profissão, não somente reproduzir saberes como meros executores é preciso pesquisar, buscar inovações para o ensino e não a comodidade, chegar à sala de aula sem um mínimo planejamento abrir o livro didático e jorrar conteúdos, com essa posição torna-se impossível à compreensão de assuntos tão herméticos quanto os da disciplina de História, FREIRE destaca a importância do professor como pesquisador:

Não há pesquisa sem ensino (...). Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para contratar, contratando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (1996, p. 29)

Na sociedade em que vivemos é importante a prática de pesquisa e aquisição constante de novas possibilidades de ensino, buscar novos recursos que possibilitem um aperfeiçoamento do ensino, não podemos fixar em um modelo de ensino que não atenda às constantes transformações sociais, o professor/historiador tem papel transformador no que se refere à formação de uma consciência crítica e reflexiva de seus educandos, transformando-os

em seres capazes de contestar fatos e mudar realidades, que, no entanto, só serão possível se o professor estiver disposto a muni-los de instrumentos que os instiguem a praticar e conscientizá-los dessas questões.

Enquanto professores, devemos entender que o processo de ensino/aprendizagem não se constrói de modo isolado, há um conjunto de fatores que estão relacionados, dentre estes, a relação professor e aluno se constitui um fator determinante para a difusão do conhecimento, relação esta, que não deve ser vista como de poder ou de superioridade, uma figura autoritária e inquestionável, “eu mando eles obedecem”. Sua atuação, além de mediador e transmissor, deverá produzir um conhecimento que esteja em sintonia com o aluno e suas práticas estejam pautadas em promover um ensino que amplie seu conhecimento e sua forma de pensar e agir na urgência e nas incertezas da humanidade.

2 - Leitura e escrita nos anos iniciais a partir do Ensino de História

Quando nos referimos aos anos iniciais do Ensino Fundamental, não podemos deixar de lado o processo de aquisição de leitura e escrita, concomitantemente ensinada com outras disciplinas além da História. Nesta primeira fase do ensino fundamental, a alfabetização é uma prioridade, já que é neste processo que ocorrerá o desenvolvimento da escrita e da leitura, ou seja, aprender a ler e a escrever.

É a partir da alfabetização que o indivíduo adquire o conhecimento necessário para dar continuidade a sua vida acadêmica e cidadã; portanto, é nesse período que se inicia o ciclo de aprendizagem do indivíduo como ser social-crítico e interventor do processo histórico e cultural, como agentes participantes da construção do saber histórico.

A leitura e a escrita são competências necessárias em nossa sociedade, que adquirimos gradualmente na escola, sendo aperfeiçoada na sociedade. Isso por que, como indivíduos racionais, no nosso círculo cultural, somos impelidos ao desenvolvimento dessas habilidades. Não é somente na escola que aprendemos a ler e a escrever, “essa noção surge culturalmente no meio social onde estamos inseridos, com isso vamos aprendendo técnicas que torna mais fácil a aprendizagem dessas habilidades.” (FERRERO, 2013, p. 02). Ou seja, são práticas desenvolvidas através de estímulos, mediante ações externas e com o outro e não isoladamente.

Por essa razão, a alfabetização é tão importante, torna-se o alicerce para o desenvolvimento da aprendizagem do indivíduo e construção de uma base educacional, sendo atribuída grande responsabilidade dessa missão aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que dispõem de diversos recursos para a efetivação desse processo, entendendo que:

A alfabetização não ocorre de um momento para o outro; ela é fruto de uma serie de estímulos e solicitações do meio ambiente, terminam por gerar no aluno formas de adaptação inteligentes que lhe permitirão ler. Essas formas , quando bem assimiladas, dão origem a formação de esquemas, específicos que se constroem sucessivamente, até que formem uma estrutura que o capacite a organizar-se de forma a poder interpretar a linguagem escrita. (RIZZO, 2009, p. 61).

No contexto do Ensino Fundamental, o processo de aquisição da leitura e escrita juntamente com o ensino de História tende a transformar-se em um ponto positivo, vindo a contribuir para a formação crítica desses alunos, desde a primeira fase do ensino básico e

mesmo com a pouca idade que possuem, são capazes de estabelecerem uma relação de interpretação e interação nos diferentes contextos em que vivem desde que, recebam estímulo e ferramentas adequadas para a execução dessa prática, daí:

Entende-se que as séries iniciais do ensino fundamental são momentos únicos que assinalam a iniciação da criança em um novo mundo. Em linhas gerais: o trabalho com o conhecimento histórico é de extrema relevância, pois se trata de inserir a criança no mundo do saber histórico e social. (OLIVEIRA, 2011, apud BARREIRO, 2014, p. 05).

Mas cabem as dúvidas: como ocorrem as aprendizagens de questões históricas durante a alfabetização? As dificuldades com a leitura e a escrita interferem no ensino/aprendizagem de História nos anos iniciais? É notório que o domínio dessas competências é importante e um pré-requisito para aprendizagem de outras disciplinas escolares ou áreas do conhecimento que serão projetados por meio destas.

No ensino de História, o domínio da leitura e escrita é essencial para analisar, interpretar e compreender a diversidade de perspectivas e contextos históricos, porém, para a compreensão da narrativa histórica demanda-se uma competência que transcende essas práticas de leitura e escrita, isto é, saber ler e escrever são habilidades básicas de um indivíduo alfabetizado. Porém, para que consiga relacionar-se e interpretar o mundo é preciso ir muito além, uma vez que:

Aprender historia não só requisita o conhecimento prévio da leitura e da escrita, mas requisita o domínio da leitura, da escrita e da narrativa histórica, como forma de organizar o discurso sobre o tempo. Seu ensino pressupõe a existência de uma comunidade de escrita na qual o aluno deverá se inserir, coma colaboração do professor. Ou seja, para que o aluno compreenda a escrita da historia, ele também precisa aprender a ler e escrever história, não como historiador, mas inserindo-se na lógica da racionalidade da escrita histórica escolar. (ROCHA, 2010, p. 129).

A questão do letramento entra como ponto chave no desenrolar dessas questões, lembrando que ser letrado é diferente de ser alfabetizado, um indivíduo letrado é capaz de identificar e entender diferentes elementos presentes em um determinado texto histórico ou qualquer outro, por exemplo, consegue compreendê-lo e absorver informações necessárias ao seu entendimento ou sobre diferentes visões de mundo.

O processo de aquisição da leitura, escrita e o letramento são ferramentas indispensáveis na vida do indivíduo, dessa capacidade comportará a possibilidade de

compreensão do mundo. Aprender ler e a escrever não significa somente deixar de sermos analfabetos é muito mais do que isso, é poder enxergar o mundo com outros olhos, e ter outras percepções acerca da nossa própria realidade e do espaço que nos rodeiam.

A alfabetização e o letramento são processos interligados e, desta forma, quando o indivíduo aprende a ler e escrever e torna-se letrado, ele não somente sabe decodificar códigos, também estabelece relações, troca informações, formulam conceitos, ideias e opiniões acerca de questões que fazem parte de seu convívio social, relacionada à nossa prática como seres construtores da história, assim:

O indivíduo letrado consegue entender uma charge, uma piada, um anúncio de jornal, enfim, consegue se relaciona nos mais diferenciados contextos sociais, interagindo com discursos escritos e orais que estão postos no mundo, à nossa volta. (QUIOSSA, 2014, p. 03).

Um texto histórico, por sua vez, requer certa aptidão do leitor para que não faça interpretações errôneas, além da História estar relacionada ao tempo, época, lugares, também existem as especificidades durante a construção de sua escrita pelo autor, e que recebem influências de acordo com seu contexto, uma vez que a História não trabalha com uma única verdade, ela é uma ciência mutável e recebe incontáveis interpretações e análises, de acordo com seus atores e as circunstâncias do ambiente que estão inseridos. E isso serve não só para textos, mas também para que ele seja capaz de captar informações presentes em imagens, documentos, entre outros.

O ensino de História conta com diversos recursos para serem trabalhados durante as aulas, vindo a contribuir para melhor compreensão de seus conteúdos, entre eles imagens, fotografias, mapas, filmes e inúmeros outros, além de textos, principalmente com os alunos dos anos iniciais, visto que estes não dominam totalmente a leitura e a escrita estes recursos se tornam valiosos e atraem muito mais a sua atenção. Dessa forma, não devemos subestimar a capacidade de aprendizagem que esses alunos possuem, nessa faixa etária são cheios de questionamentos e movidos pela curiosidade, carregam consigo certo conhecimento fruto de suas relações sociais, culturais, familiares e do ambiente ao qual estão inseridos, e por isso são capazes de compreender e construir seu conhecimento através de diferentes formas.

Nessa relação inicial da criança com a história, há uma rica possibilidade de colocar em xeque todos os questionamentos que a instigam. Refletir historicamente é abrir um leque de possibilidades para raciocinar sobre a história, pensar sobre o passado, compreender o presente e projetar o futuro,

em síntese comparando acontecimentos no tempo tendo como referência anterioridade, simultaneidade e posterioridade, estabelecendo conexões e relações iniciais entre diferentes temporalidades e espacialidades. (BARREIRO E SILVA, 2014, p. 06).

Nessa perspectiva, os alunos dos anos iniciais mesmo não tendo desenvolvido completamente sua capacidade leitora, existem outras atividades que poderia contribuir na sua compreensão, através de uma imagem, por exemplo, há diferentes aspectos que podem ser observados, como o espaço retratado, personagens, etc. É um recurso considerado rico tanto do ponto de vista visual, quanto cultural e que possibilita estabelecer condições para a construção do saber histórico.

Nessa perspectiva, a relação com o passado é uma possibilidade entendida como algo impossível de se atingir, como compreender e comprovar algo que aconteceu há milhares de anos? Para isso, não precisaríamos viajar em uma máquina do tempo e nem nos tele transportar, existem elementos que nos fornecem informações e permitem compreender transformações de um determinado sujeito histórico ou de uma dada sociedade.

Isso acontece por meio das fontes, o objeto de estudo do historiador, por meios delas é possível identificar todos esses aspectos, analisar e construir o seu discurso a partir de suas interpretações, do modo como lança seu olhar sobre aquele objeto. Conforme JENKINS (2001), ele “percebe a História como uma das infinitas possibilidades de se ver o mundo.” Ao ser vista por outro ângulo, por outro historiador, cada um enxergará de modo diferente, o olhar nunca será o mesmo.

A compreensão dos fatos do passado só é possível, a partir da nova concepção de história, a partir da relação com o presente. Assim, o professor terá que levar em consideração a realidade do aluno, com o estabelecimento dessa relação com o passado ganhará sentido para ele. Sendo o letramento responsável para que haja a percepção de todos esses elementos, fonte, documentos e diferentes abordagens, para que enfim possa apreendê-lo.

As práticas de leitura, escrita e do letramento são desenvolvidas também no espaço escolar, que tem uma parcela de responsabilidade na sua efetivação, porém, compreende-se que essas práticas pertencem a uma única área do conhecimento, ou seja, a responsabilidade fica restrita às aulas de Língua Portuguesa, e isto é uma concepção equivocada e muito perpetuada na sala de aula, muitos professores acham que em sua disciplina ou em sua determinada área não cabe trabalhar com alfabetização e letramento, não é de sua obrigação,

ajudar um aluno com dificuldades em ler e escrever ou buscar meios que o façam melhorá-las é dever de todos os educadores independentemente de sua área de formação, não somente aos professores de Português ou de quem alfabetiza. Por conseguinte:

É dever também do professor de História, exercitar a leitura e a escrita em suas aulas. As atividades com a escrita nas aulas de História precisam perder o caráter meramente burocrático e, ao invés de exercitarem apenas a memória, desenvolverem nos alunos uma capacidade argumentativo-reflexiva de modo que venham a apropriarem das discussões, dos conceitos históricos, assumindo assim ação interativa, lançando hipóteses e defendendo suas colocações argumentativas. (LIMA, 2013, p. 05)

Esta é uma questão que deve ser trabalhada desde sempre, não somente no processo de alfabetização, evidentemente a partir dele, visto que se tornará o alicerce para a construção do conhecimento do aluno e a continuação de sua formação dependerá de sua efetivação, não tendo essa estruturação a partir daqui, dificilmente terá capacidade de se sobressair nas etapas seguintes do ensino básico, contudo, não deve ser atribuída aos alfabetizadores a única responsabilidade pelas dificuldades com a aquisição de leitura e escrita, existe uma conjuntura de fatores que possuem, de certa forma, uma parcela de “responsabilidade” nessa deficiência durante o seu desenvolvimento, que acaba se arrastando por longos anos a fio.

Assim, torna-se cada vez mais comum encontrar alunos nos anos finais do ensino fundamental e até mesmo no ensino médio que não dominam as práticas de leitura e a escrita como deveria, um fator prejudicial ao processo de ensino/aprendizagem, já que além do aluno, o professor também se compromete ao dificultar a construção de conceitos em sala de aula, por não conseguir firmar a compreensão e a aprendizagem desejada por parte do educando. Acabando por achar que o problema não é com eles, e sim do processo de alfabetização pelo qual passaram, e ignoram a situação, infelizmente, essa é uma realidade muito presente no espaço escolar.

Nas aulas de História, o professor muito vem a contribuir para a alfabetização de seus alunos, visto que nessas aulas, a leitura e a escrita se torna fundamental à compreensão de conceitos relacionados a disciplina. Nada mais justo que se trabalhar e exercitar essas práticas, que podem ser feitas através de várias atividades, como por exemplo, na realização de leituras ou na construção de textos em sala de aula e na correção de erros ortográficos. Além disso, existem infinitos materiais didáticos que o professor dispõe para esse tipo de trabalho, além de textos do próprio livro didático, fugindo um pouco da monotonia, dentre esses materiais

podemos destacar, tirinhas de histórias em quadrinhos, letras de músicas. Enfim, existe infinitas possibilidades que o permite contribuir com a situação em questão, não propriamente ensiná-lo a ler e escrever, no que compreende aos anos finais do ensino fundamental, mas procurar aprimorar essas habilidades que são tão importantes para a compreensão dos acontecimentos históricos.

2.1 - O ensino de História e sua relação com a construção da cidadania

A palavra cidadania refere-se a um conjunto de práticas correspondente a direitos e deveres exercidos por indivíduos perante o Estado, em troca de sua integridade física e moral. “Dentre os deveres, destaca-se o voto eleitoral (que também é um direito), o zelo pelo espaço e o cumprimento das leis. Entre os direitos, destaca-se o de ir e vir, bem como o de ter acesso à saúde, moradia, alimentação e educação.” (PENA, 2017, p. 01). Nesta teoria somos todos iguais e livres e, portanto, todos somos considerados cidadãos, mas existem controvérsias a respeito, a desigualdade social presente em toda e qualquer sociedade não permite que todos os indivíduos disponham de condições para exercer tais práticas, em especial a questão econômica, e também a que o Estado não colabora veementemente como deveria. Considerando essas questões, temos o comprometimento do pleno exercício da cidadania, um conceito que na prática não se aplica a todos.

Diante disso, qual a relação do ensino de História com a cidadania? Bem, como sabemos desde sua regulamentação no Brasil a disciplina de História esteve fundamentado na construção dessa cidadania. Portanto, é considerado um elemento de formação cidadã e de emancipação política e social, pautados no processo civilizatório e nacionalista, de preparação de um indivíduo atuante e ciente da sua função social e de sua percepção como protagonistas da História.

Ou seja, além de se reconhecerem como seres históricos possam estabelecer relações entre os diferentes acontecimentos e compreender a realidade a sua volta, sendo assim, não podemos descartar a importância do ensino de história no processo de construção do ser humano, nas palavras de FONSECA “A História tem como papel central a formação da consciência histórica dos homens, possibilitando a construção de identidade, a elucidação do vivido, a intervenção social e práxis individual e coletiva”. (2003, p. 89).

A educação tem função primordial e constitui vários aspectos que contribuem para a formação integral dos sujeitos, com o propósito de formar indivíduos capazes de se comunicar, dialogar, interagir e conviver com as diversidades do mundo. A escola torna-se o ambiente responsável na instituição desse conceito, nessa perspectiva, PEREIRA (2014), “a História tem uma função de resgate, enquanto elemento de formação da cidadania e a escola têm papel fundamental no exercício e formação do cidadão”. De acordo com os PCNs um dos objetivos do ensino fundamental é:

Que os alunos sejam capazes de compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito. (BRASIL, 1997, p. 05).

Na problematização do conceito de cidadania no ambiente escolar, pode ser levada em consideração a construção da própria história de vida do aluno e suas relações sociais, a fim de situá-lo nos diferentes contextos históricos e exercitando sua visão crítica a partir da percepção das diferentes relações que constroem uma determinada sociedade, compreendendo que essa construção não se faz individualmente ela é fruto de uma coletividade. O ensino dos conteúdos históricos para a formação do cidadão conforme as autoras TERRA, FREITAS:

Podem contribuir para o aluno conhecer como têm acontecido as lutas por direitos, as relações sociais e econômicas que repercutem nas relações favoráveis ou desfavoráveis em relação à natureza, os modelos de Estado e como se constituem nos confrontos políticos e sociais, e as reivindicações das diferentes classes sociais confiscadas de seus direitos. (2004, p. 8)

Segundo Pereira (2014), é necessário que os alunos identifiquem no processo de ensino e aprendizagem de História oportunidades para o desenvolvimento de uma atitude crítica com relação à sociedade, intervindo de forma consciente enquanto seres que fazem história e pertencem a uma época e espaços próprios. O sujeito constrói seu conhecimento do mundo e o conhecimento de si mesmo como sujeito Histórico.

A História por sua vez, procura compreender as diferentes transformações pelas quais as sociedades passaram ao longo dos tempos, as mudanças e permanências nos diferentes segmentos da sociedade se fazem necessárias e acontece constantemente, esse conhecimento promove um diálogo entre construção da cidadania e compreensão da realidade do espaço em que estamos inseridos enquanto sujeitos históricos, fazendo parte dessas mudanças e contribuindo para a construção dessa realidade.

A proposta do ensino de História é instigar no aluno o desenvolvimento de sua capacidade crítica e reflexiva diante dos acontecimentos sociais, criando autonomia e interferindo de modo construtivo no seu espaço de convivência, é necessário que haja o entendimento da disciplina como resultado de um conjunto de ações coletivas, de diferentes grupos e de classes sociais, que a História é construída por todos os indivíduos e não por alguns. Já que por muito tempo o ensino da disciplina girou em torno da historiografia tradicional, com conteúdos voltados para uma formação cívica e alinhamento dos alunos nos moldes do Estado, que naquele momento competia ao período da Ditadura Militar.

A história positivista, linear e eurocêntrica constituiu a base do currículo da disciplina, fatos nacionais e internacionais considerados de grandes impactos sociais e econômicos eram os únicos que mereciam ser evidenciados as demais camadas eram excluídas e não faziam parte da construção da identidade nacional, gerando a ideia de que a história não era feita por todos e nem para todos. FONSECA elucida que:

A principal consequência desse ensino é formar, nos alunos, já nas séries iniciais, uma concepção auto excludente da história. Conforme relatado em outro trabalho Fonseca (1993), vivi a experiência de, ao afirmar, em sala de aula, que todos fazem história, ouvi de meus alunos uma resposta contrária: “Não, professora, nós não fazemos história; quem fez foi D Pedro, Tiradentes, Princesa Isabel etc.”. (2003, p. 90).

Com essa exclusão não há como sentir-se cidadão, sentir-se parte da história de uma nação, se a história que aprendemos na escola não nos considera importantes, as ações, as lutas que desempenhamos cotidianamente não são suficientes para que sejamos reconhecidos e ficando apenas as margens da história, somos chamados cidadãos, mas não somos considerados como tal.

Diante das transformações sociais que emergiam, os últimos anos foram dedicados a debates e lutas por reformas, em especial no ensino de História, a fim de mudar a concepção de história e cidadania, de como trabalhar essas diferentes abordagens, é tempo de repensar, práticas, currículos e metodologias no ensino brasileiro, mas é preciso estar atento a essas mudanças, que de fato não acontecem na íntegra, ainda permanece os resquícios do tradicional, que apenas ganham uma nova roupagem, segundo BITTENCOURT essas:

Propostas inserem-se em um momento importante da história do ensino de História, e cabe analisar com rigor metodológico os novos rumos projetados pelos currículos para se poder discernir o que efetivamente está em processo

de mudanças e como atualmente ocorre “a seleção cultural” do conhecimento considerado essencial para os alunos. Há propostas de mudanças que precisam ser identificadas, mas deve-se verificar as “tradições escolares” que permanecem as reinterpretações dadas a antigos conteúdos e métodos. (2008, p. 99).

As décadas de 1980 e 1990 configuraram-se em momentos de grande efervescência, uma das propostas desse período era justamente romper com esse tradicionalismo, a historiografia brasileira precisava ser renovada, nesse cenário entra as influências da nova história, que possibilitava o afloramento das camadas sociais menos abastadas e uma nova forma de pensar a história, que não poderia mais ser contada através de alguns atores ou por somente eles,

A história nova preocupava-se também com os acontecimentos do cotidiano da vida humana ligados às famílias, as festas, as formas de ensinar e aprender. São estudados o universo cultural e simbólico, as religiosidades, as mentalidades, os costumes, as diversas manifestações culturais. (FONSECA, 2009, p. 56).

Em finais dos anos de 1990 com as propostas de reformulações curriculares surge os PCNs, com sugestões de mudanças e integração de novas temáticas, a fim de possibilitar o modo como ensinar e aprender história desde os primeiros anos de escolaridade, entre essas propostas está a História local e do cotidiano, valorizando a própria história de vida da criança, para que a partir de suas relações sociais, como família e escola, entendendo-se como sujeitos históricos e se sintam parte integrante na construção da identidade do seu local de vivência.

Os tempos são outros, o processo de transformação e redemocratização da sociedade e sua reorganização, permitia a formação de um novo cidadão, ao qual teria que se adequar aos moldes da nova ordem.

Logo, o ensino de História propõe-se a desenvolver nos indivíduos uma criticidade voltada aos problemas socioeconômicos nacionais, destinada à intervenção e à transformação da realidade brasileira. Por meio de questionamentos e problematização da realidade, a história tornou-se modificadora e até certo ponto revolucionária. De acordo com essa perspectiva, os indivíduos passam a intervir no processo histórico, situando-se não mais como figurantes, mas como agentes edificadores e transformadores do meio social do qual fazem parte. (SILVA, 2008, p. 06-07).

Segundo Fonseca (2003), a proposta de metodologia do ensino de história que valoriza a problematização, a análise e a crítica da realidade concebe alunos e professores como sujeitos que produzem história e conhecimento em sala de aula. Logo, são pessoas, sujeitos históricos que cotidianamente atuam, lutam e resistem nos diversos espaços de vivência: em casa, no trabalho, na escola, etc. Essa concepção de ensino e aprendizagem facilita a revisão do conceito de cidadania abstrata, pois ela nem é algo apenas herdado via nacionalidade, nem se liga a um único caminho de transformação política. Ao contrário de restringir a condição a de mero trabalhador e consumidor, a cidadania possui um caráter humano e construtivo, em condições concretas de existência.

Todas essas transformações tendem a proporcionar outro viés de ensino e aprendizagem para o que seria história e cidadania, o objetivo era formar e preparar um novo cidadão para uma nova sociedade que emergia, o novo ensino visaria a intervenção dos sujeitos nas questões políticas, sociais e econômicas, dessa maneira o exercício da cidadania se tornaria uma realidade compreensível. O ensino de história por sua vez, constitui um aspecto que tende a contribuir para a formação da consciência histórica do homem, propondo o fim de sua exclusão e integrando-se como parte da construção da história nacional.

As reformas curriculares que se iniciaram a partir desse momento e as transformações sociais e tecnológicas propuseram uma renovação nos métodos de ensino e forneceu maior autonomia ao professor, no que diz respeito ao modo como transmite os conteúdos em sala de aula, vindo a facilitar o processo de ensino e aprendizagem. O surgimento de novas temáticas, metodologias e a interdisciplinaridade permitiriam o estudo e compreensão de outro lado da história, até então desconhecido, personagens comuns e acontecimentos cotidianos passaram a integrar a nova proposta do ensino de história.

O objetivo dessas propostas para o ensino de história era de que fosse dada maior importância ao ensino da disciplina, que não fosse vista como uma ciência que se detém somente a estudar o passado, os PCNs surgem para propor sugestões para os diferentes níveis do ensino básico, onde a preocupação maior é a aprendizagem do aluno, espera-se torná-lo um ser crítico, reflexivo, fornecendo meios para a construção do seu conhecimento.

3 - É possível aprender História nos anos iniciais?

De acordo com os PCNs (1998) o ensino e a aprendizagem da História estão voltados, inicialmente, para atividades nas quais os alunos possam compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações do modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas. Espera-se que ao final do primeiro ciclo os alunos sejam capazes de comparar acontecimentos no tempo, estabelecer relações entre presente e passado e identificar alguns documentos históricos e fontes de informações discernindo algumas de suas funções.

Esses são os objetivos do ensino de História que se espera alcançar no primeiro ciclo do ensino fundamental, mas que na realidade em que se encontram muitas escolas do país, eles não são alcançados ou nem são levados em consideração. Isso acontece por diversos fatores como: formação precária dos professores, metodologias inadequadas às faixas etárias, desestruturação do ambiente de trabalho (escola), familiar e também, e não menos importante, o desestímulo por parte do aluno.

Dentro desse cenário complicador, a História ensinada nos anos iniciais do Ensino Fundamental acaba ocupando um papel secundário, permanece ainda como uma disciplina decorativa, as propostas curriculares estabelecidas para o ensino de história não fizeram com que o tradicionalismo deixasse de existir. Datas comemorativas, grandes nomes nacional ainda permanecem como uma tradição no ensino de História, sem contar que os conteúdos servem como uma forma de exercitar a leitura, mas sem apresentar uma relação maior com as vivências dos alunos. Não se percebe a importância da disciplina nesse primeiro ciclo do ensino básico, nem a relevância da construção do saber histórico para as crianças, acabam por achar que o ensino de história só é significativo a partir dos anos finais do Ensino Fundamental. Assim, as possibilidades apontadas pelos autores abaixo quase não são postas em prática nos anos iniciais do Ensino Fundamental:

Nessa relação inicial da criança com a história, há uma rica possibilidade de colocar em xeque todos os questionamentos que a instigam. Refletir historicamente é abrir um leque de possibilidades para raciocinar sobre a história, pensar sobre o passado, compreender o presente e projetar o futuro, em síntese comparando acontecimentos no tempo tendo como referência anterioridade, simultaneidade e posterioridade, estabelecendo conexões e relações iniciais entre diferentes temporalidades e espacialidades. O educando nesta perspectiva ativa todos os mecanismos mentais que

possibilitam questionar inúmeras possibilidades e alternativas de um mesmo assunto a ser explorado, proporcionando ao educador pensar historicamente juntamente com um olhar infantil, dialogando juntamente com a criança, tecendo a função de produtores do conhecimento histórico, numa relação dialógica e dialética. Essa abordagem é consolidar um aprendizado histórico motivador, emancipador e transformador, pois o educando sob a mediação do professor assume uma atitude de aprendiz ativo e reflexivo. (BARREIRO E SILVA, 2014, p. 06).

Nesse sentido, o presente capítulo investiga a prática do Ensino de História em uma turma do quarto ano no município de Ipaumirim – CE, na Escola Vicente Felizardo Vieira, conforme apresentamos a seguir:

O campo de pesquisa

A escola onde se desenvolveu a pesquisa situa-se na Rua Felix Antônio, s/n, em Felizardo Vieira, Distrito de Ipaumirim/CE. A instituição atende alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos – EJA, distribuídos nos turnos da manhã, tarde e noite. A maioria dos alunos reside no mesmo bairro e em comunidades circunvizinhas.

Imagem 01 – vista frontal da Escola Vicente Felizardo Vieira



Fonte: acervo da autora

No que se refere a sua estrutura, a escola é composta por oito (08) salas de aula, possui sala dos professores, sala de informática, sala de leitura, quadra esportiva, além de uma sala de vídeo e cozinha. O horário de funcionamento é de 07:00h às 11:00h, no período da manhã e, no período da tarde, das 13:00h às 17:00h; já no período da noite, funciona das 18:00h às 21:50h.

Na turma que observamos, as aulas de História são no período da manhã, duas aulas por semana, nas sextas-feiras das 07:00h às 9:20h, no 4º ano do Ensino Fundamental I. Iniciamos as observações no final do 3º Bimestre do ano de 2017. A sala possui um total de dezesseis (16 alunos), entre oito (08) e dez (10) anos de idade, sendo que a maioria falta bastante. A turma apresenta um alto índice de desistência, que muitas vezes se dá pelo desestímulo do aluno ou descompromisso da família. Na turma, três alunos conseguem ler razoavelmente, mas os demais apresentam muita dificuldade. Na turma frequenta um aluno autista, que quase não vem para as aulas e não acompanha o conteúdo, suas atividades consistem em repetir o alfabeto, os números e o nome, mas como uma forma de contê-lo, já que ele é inquieto e acaba atrapalhando a aula e a professora não dispõe de subsídios para tratar a questão.

A docente atua há vinte (20) anos no Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano). Há dezessete (17) concluiu a graduação em Pedagogia e possui especialização na área de Psicopedagogia. Além de lecionar na escola E. F. Vicente Felizardo Vieira – CE, atua também na escola E. F. M. Cristiano Cartaxo, no município de Cajazeiras – PB. Considera exaustiva a carga de trabalho que possui nas duas instituições, além do deslocamento diário entre os dois Estados, mas precisa atuar nos dois espaços para garantir condições mínimas de sobrevivência.

No quarto 4º ano, na escola Vicente Felizardo Vieira, onde se desenvolveu a pesquisa, a professora leciona História, Português e Matemática. Diante de suas colocações, a principal dificuldade é com a leitura, o que interfere significativamente na compreensão e aprendizagem dos conteúdos históricos e também nos demais. A maioria dos alunos não tem acompanhamento dos pais em casa, alguns fazem aula de reforço, mas isso não gera muitos resultados, pelo fato de irem só responder as atividades para casa, ou seja, recebem a resposta pronta. Para tentar superar o problema da leitura, a docente propõe atividades como leituras coletivas, em duplas e discussões trazendo temas atuais e exemplos do dia a dia dos alunos para facilitar a compreensão dos conteúdos.

Práticas pedagógicas no Ensino de História

Buscamos, durante o período de observação na escola, investigar as principais estratégias pedagógicas desenvolvidas pela professora no sentido de desenvolver as aprendizagens da disciplina de História, reforçando que o currículo dos cursos superiores de Pedagogia não tem uma preocupação mais específica em desenvolver competências e habilidades em relação às metodologias da disciplina de História por parte dos pedagogos.

Observamos que uma das metodologias desenvolvidas com frequência em sala de aula consiste na solicitação para que os alunos abram o livro na página do conteúdo estudado, em seguida inicia-se a leitura, que é pausada constantemente para a explicação. Em alguns momentos os alunos são bem participativos. Após a explicação é proposta uma atividade do livro, da qual os alunos copiam e respondem, e em seguida a professora corrige no quadro.

Observando a aula no dia primeiro (01) de setembro de 2017, percebemos que a professora apenas concluiu uma atividade da aula passada sobre os povos indígenas corrigindo-a no quadro e encaminhando a aula para a disciplina de Matemática, sem ao menos terminar a aula de História. Diante disso, ficou evidente o direcionamento em centrar os esforços pedagógicos nas aulas de Português e Matemática, no primeiro ciclo do ensino fundamental a preocupação maior está em saber contar, ler e escrever e as demais áreas assumem uma posição secundária. Isso também está ligado a sua formação acadêmica, que os empenham apenas em alfabetizar, por isso “vale mais dedicar-se ao ensino de Português e Matemática, pelo menos nessas séries iniciais, ficando o trabalho com o Ensino de História restrito a noções básicas.” (SANTOS, 2014, p. 11).

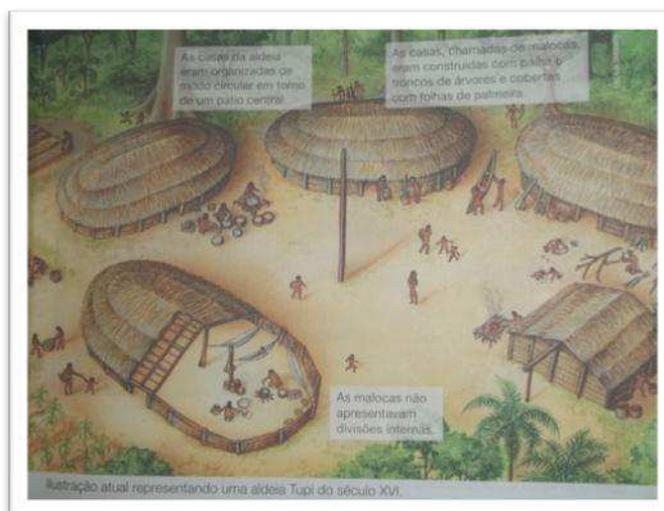
Na aula do dia seis (06) de setembro de 2017, a professora iniciou com um texto sobre a Independência do Brasil, e faz uma breve leitura para situá-los sobre o acontecimento, após isso sugeriu uma atividade sobre o mesmo, que seria pensar uma frase sobre o Brasil, pintar, recortar, colar e expor em uma cartolina no mural na sala. Para nós, ficou evidente a incompreensão dos alunos sobre tal acontecimento na História, a maioria associou a Independência à libertação dos escravos e não souberam criar a frase. A professora, mais uma vez ler o texto, explicou que no dia 07 de setembro de 1822, foi proclamada a Independência do Brasil por D. Pedro I, que a partir de então o Brasil deixou de ser Colônia de Portugal. Depois corrigiu uma atividade sobre os índios.

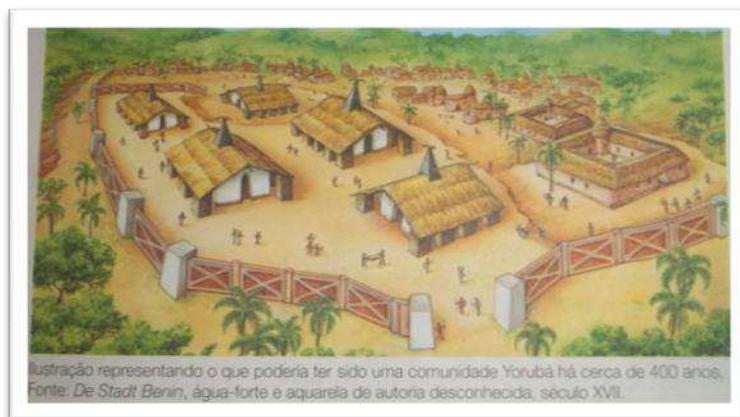
Nesse momento a docente poderia ter enfatizado que a Independência não se realizou por um ato heróico do príncipe D. Pedro e sim por motivos políticos, essa seria uma prática diferente da visão tradicional na qual os alunos nos anos iniciais estão acostumados a estudar. Assim, quando esses alunos chegarem aos anos finais do ensino fundamental não se depararia com outra realidade da História e sem a menor contextualização. Desse modo:

Ao ingressar nos ensino fundamental II, o aluno tinha os mesmos conteúdos, então apresentados de modo integrado com a História Geral, muitas vezes, aquilo que tinha sido valorizado nos anos iniciais perdia o sentido, e dependendo da abordagem metodológica utilizada pelo o professor, especialista na área, tudo que antes representava algum conhecimento para o estudante passava a ser considerado “fato que não correspondia à verdade da História”. (HIPOLIDE, 2009, p. 52).

No dia vinte e nove (29) de setembro, a aula consistiu em uma revisão do conteúdo e atividade para avaliação do 3º bimestre, que aconteceria no próximo dia seis (06) de outubro. O tema era sobre os povos indígenas no Brasil, modo de vida, lendas e mitos. Esse seria o conteúdo da avaliação. A docente selecionou algumas questões que foram feitas ao longo do bimestre, copiou no quadro e em seguida os alunos procuram as respostas nas páginas sugeridas no livro didático, alguns conseguem responder e outros não. Não porque não saibam, mas por desestímulo, daí ela faz a correção. Percebemos como esses alunos estão condicionados à memorização e cópia, se recusaram a procurar as respostas no livro e ficaram esperando a correção da professora para copiarem, sem a menor reflexão.

No dia vinte (20) de outubro de 2017, a docente iniciou o conteúdo do 4º bimestre, que foi sobre os temas: os povos que vieram da África; diferentes povos no continente africano; os primeiros povos africanos e o contato entre europeus e africanos. A professora leu e explicou os temas, após isso sugeriu uma atividade interessante: nesta atividade continha a imagem de uma comunidade africana em que eles podiam observá-la e comparar com outra imagem de uma aldeia indígena. Depois, eles tiveram que identificar as semelhanças e diferenças presentes no modo de organização desses dois povos, com relação ao tipo de moradia e segurança. Segue abaixo as imagens:





Alguns conseguiram perceber as diferenças e semelhanças sociais e culturais dos povos indígenas e africanos, perceberam, por exemplo, que o cercado na comunidade africana Yorubá proporcionava maior segurança a esses povos em relação à aldeia indígena, que não se preocupou em construir muros de proteção. Os materiais utilizados para a construção das moradias do povo Yorubá era a terra, a madeira e a palha, já a dos povos indígenas era construídas com palha, tronco de árvores e folhas. Nesse dia, os alunos se mostraram interessados e realizaram a atividade conforme o sugerido, como citado anteriormente, atividades com imagens facilitam o aprendizado e atraem maior atenção comparada a longas leituras enfadonhas.

Compreendemos que o livro didático é um importante instrumento de trabalho e que tem sido muito usado pelo professor. Acreditamos também, que não devemos descartá-lo ou aboli-lo de uma hora para outra; contudo, ele não deve ser considerado o único material didático a ser utilizado e nem como uma única fonte de conhecimento, como se tudo que estivesse escrito no livro fosse verdadeiro, ou tudo terá que ser feito de acordo com ele. Dessa forma:

As práticas de leitura do livro didático fazem parte de um processo específico e contraditório de aprendizagem. Esse material oferece condições para o aluno ter maior domínio sobre a leitura e a escrita e ampliar seu conhecimento sobre vários assuntos e temas, mas, paradoxalmente, limita esse domínio, ao direcionar a leitura para determinada forma de ler e utilizar as informações apreendidas. (BITTENCOURT, 2008, p. 317-318).

Considerando esse aspecto, existem outros materiais que são essenciais e podem ser utilizados durante as aulas de História. Desde o século passado, a historiografia passou a considerar não só documentos escritos como fontes, mas toda e qualquer forma de registro produzido pelo homem, diante disso, os PCNs passaram a considerá-los também como importantes recursos a serem utilizados no ensino de História. Esses materiais por sua vez, servirão como mediadores do conhecimento e facilitaram a compreensão de conceitos.

Músicas, gravuras, mapas, gráficos, pinturas, esculturas, filmes, fotografias, lembranças, utensílios, ferramentas, festas, cerimônias, rituais, intervenções na paisagem, edificações, bem como textos literários, poéticos e jornalísticos, anúncios, receitas médicas, diários, provérbios, registros paroquiais, processos criminais, processos inquisitoriais, dentre outros, foram transformados em documentos, fontes de pesquisa histórica e são potencialmente recursos pedagógicos fundamentais para o ensino. (BRASIL, 1998, p. 84).

Porém, devemos levar em consideração a realidade das escolas brasileiras, na qual a maioria não dispõe de uma estrutura adequada e, muito menos, de variados recursos pedagógicos disponíveis ao professor. Muitas vezes, nem ao livro didático os docentes têm acesso e a diversificação das aulas fica somente no plano de aula, considerando que, o tempo pedagógico não permite certas possibilidades de inovações, pelo fato das aulas de histórias serem bem reduzidas, e em muitos casos, da falta de preparo do professor relacionada à sua precária formação, a exaustiva carga de trabalho em que muitos se encontram durante longos anos, que não os permitem terem tempo de preparar uma proveitosa e satisfatória aula.

Na aula do dia vinte e sete (27) de outubro de 2017, houve uma atividade em grupo sobre o Tema: a ação dos europeus na África; momento no qual a professora dividiu a sala em três grupos, cada grupo ficou responsável em ler e debater o seu tema em sala entre os colegas, teriam que falar o que entenderam com as referidas leituras. Após o debate, fizeram uma atividade do livro em sala sobre o mesmo assunto. Cada grupo ficou organizado nos seguintes temas:

O primeiro grupo ficou com o tema: **Os europeus buscavam escravos na África**, fizeram a leitura e falaram que os europeus iam a África comprar escravos em troca de ouro e comida, e também iam trocar produtos por escravos, como ouro, marfim, tecidos e etc.

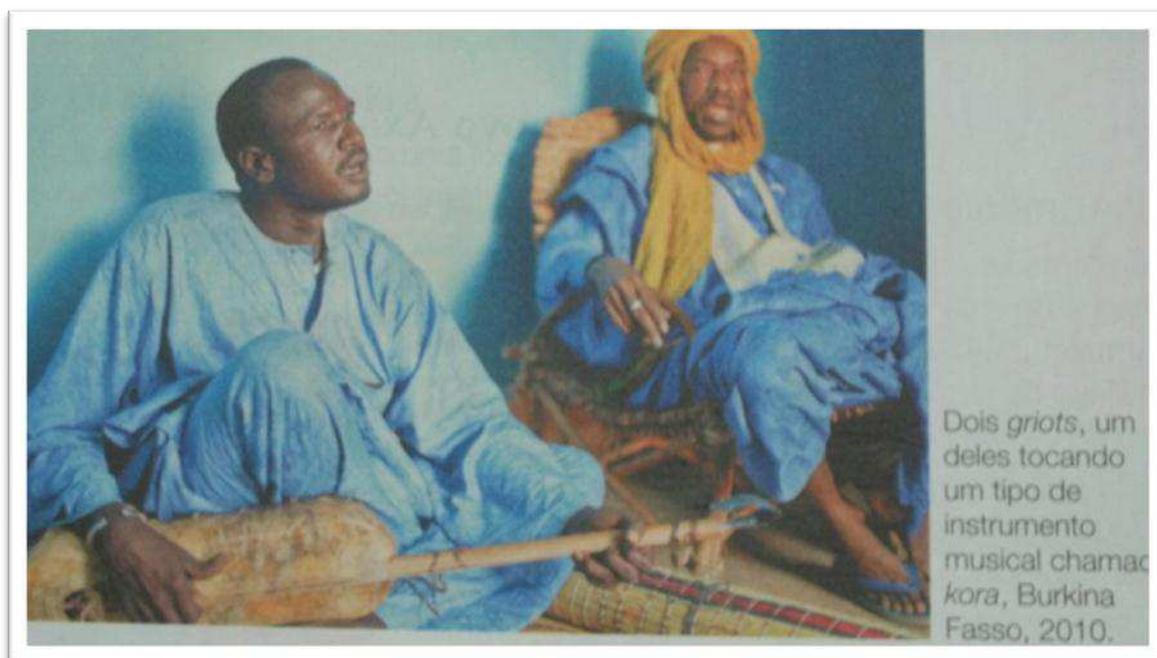
O segundo grupo ficou com o tema: **A escravidão antes e depois dos europeus**. Fizeram a leitura e falaram que uma pessoa tornava-se escravo na África na ocasião de

dívidas e ao serem derrotados nas batalhas, e que a escravidão se tornou uma atividade lucrativa, tanto para os chefes africanos, quanto para os europeus.

O terceiro grupo ficou com o tema: **Os africanos embarcaram com destino a América**, realizaram a leitura e falaram que os europeus iam a África comprar escravos para trazerem para a América, os escravos eram avaliados antes de serem comprados e que os escravos morriam durante a viagem nos navios por causa dos maus tratos.

Pelas respostas dos alunos percebemos que a maioria compreendeu o conteúdo, que a escravidão era uma atividade já existente na África antes da chegada dos europeus, mas que a escravidão lá era diferente da escravidão aqui na América. Porém os europeus modificaram as práticas da escravidão no continente e a transformou numa atividade lucrativa, para ambos os povos.

O tema da aula do dia dezessete (17) de novembro 2017 foi sobre Arte e Cultura; Cultura material; A arte; A tradição oral e os Griots. Ainda sobre os africanos, a professora explicou o conteúdo acerca de como era perpetuada a cultura dos povos africanos. Após isso, os alunos fizeram uma atividade do livro didático em sala, nesta atividade teriam que descrever o que significava Cultura Material, como eram transmitidos os conhecimentos e as histórias entre as comunidades africanas e por fim teriam que falar qual a função dos homens retratados na imagem abaixo e qual a sua importância nas sociedades africanas. Todos responderam que se tratava de dois griots ou contadores de histórias que tinham a responsabilidade de manter vivas as histórias, lendas e mitos em suas comunidades.



No dia vinte e quatro (24) de novembro de 2017, a professora iniciou a aula com o tema: Patrimônio do povo Axânti, sugerindo que os alunos lessem o texto. Após a leitura com o propósito de ampliar o conhecimento dos alunos sobre os povos africanos, pediu para que apresentassem o que entenderam. A sala foi dividida em três grupos, cada um ficou responsável por um tópico. O primeiro grupo ficou com o seguinte tema: **Patrimônio Histórico** e falaram que se tratava de um conjunto de bens históricos que passava de geração em geração, que são ferramentas, vestimentas, obras de arte etc. O segundo grupo com o tema: **Construções tradicionais do povo Axânti**, e o terceiro grupo ficaram com o tema: **Os símbolos Adinkra**, momento que não demonstraram muito interesse e só leram.

Um assunto rico e interessante que poderia ter sido trabalhado de uma forma prazerosa para esses alunos, a docente poderia, por exemplo, ter feito uma pesquisa sobre esse povo e programado uma aula com imagens diversificadas de pinturas, esculturas e variedades de construções produzidas, talvez trouxesse um mapa para mostrar onde se localizava a região onde viviam, para depois pedir que os alunos se expressassem; e, de acordo com o que foi mostrado em sala, os alunos realizassem mais uma vez a leitura e falassem o que entenderam do tema, assim, seria mais fácil a assimilação do conteúdo em vez de pedir que iniciem a leitura e exponham o que entenderam, sem antes a explicação do professor.

Partimos do pressuposto de que não existe metodologia eficaz sem um devido planejamento, traçar um plano de ensino é fundamental para definir estratégias de ensino que

mais se relacionem com a realidade do aluno, assim, a efetivação do processo de ensino e aprendizagem poderá ter maior significado. A metodologia faz parte do planejamento, é um procedimento importante e não devemos desconsiderá-la, diante disso, destacam os autores sobre a falta ou o planejamento inadequado:

A falta de criatividade com que muitos professores ainda planejam seus cursos “simplesmente seguem os capítulos de um livro-texto, sem considerar o que é realmente necessário que os alunos aprendam”, além disso, o autor destaca que muitos professores também utilizam sempre os mesmos métodos de ensino e procedimentos de avaliação, não acompanhando assim as mudanças e evoluções que vêm ocorrendo. (GIL, 2012, p. 94 apud BRIGHENTI, 2015, p. 291).

Segundo Vaillant (2012), as mudanças que ocorreram na forma de ensino com o uso das tecnologias, os desafios impostos aos professores e as oportunidades com a inserção de novas formas e meios, exige dos professores novos métodos de ensino. Volta-se a atenção para as transformações da sociedade e a necessidade de modificar as tradicionais formas de ensinar, de aprimorar constantemente as práticas e os saberes docentes.

Segundo os PCNs (1997), no segundo ciclo permanecem as preocupações de ensino e aprendizagem anteriores, com a valorização dos conhecimentos dos alunos e a preocupação de o professor intervir, com situações pedagógicas particulares para ampliar os conhecimentos históricos. A particularidade do segundo ciclo reside no fato de os alunos dominarem melhor a linguagem escrita, possuírem experiências de trocas de informações e terem vivenciado momentos de questionamentos, comparações e trabalhos com ordenação temporal.

Durante as aulas observadas percebemos alguns dos objetivos propostos pelos PCNs foram consideravelmente alcançados, a exemplo disso, nas aulas dos dias 20 e 27 de outubro e 17 de novembro de 2017 as atividades propostas buscaram despertar nos alunos a sua capacidade crítica onde de acordo com suas observações e análises pudessem perceber semelhanças e diferenças presentes no modo de organização social, econômico e cultura de povos distintos e de épocas diferentes, buscando considerar os saberes prévios dos alunos sobre os temas e dando ênfase para que os mesmos a partir de suas análises e conclusões construa seu conhecimento e a efetivação do processo de aprendizagem.

De certo modo, os alunos estão acostumados a copiar e decorar conteúdos. Muitas vezes, não conseguem fazer nenhuma interpretação ou reflexão sobre o assunto para responder as atividades de acordo com seus entendimentos. Talvez pelo fato de como estão

sendo colocado os conteúdos, de uma forma que não os atraem, a cada aula a rotina se repete, o livro didático é exaustivamente explorado e os docentes não utilizam nenhum outro recurso além dele.

Os alunos são participativos, em alguns momentos, e atividades com imagens ou gravuras chamam sua atenção, gerando discussões interessantes, conseguindo identificar e perceber diferentes aspectos presentes nas imagens, por exemplo. Esses elementos facilitam a compreensão, visto que a maioria ainda lê com muita dificuldade, mas apesar disso, através de uma imagem sua compreensão é bem significativa. Portanto, diante dessa dificuldade a docente poderia utilizar recursos que chamassem mais a atenção dos alunos, uma aula com slides, com imagens que representam o conteúdo, mas de uma maneira diferente, lúdica. Por que pedir para que os alunos leiam o assunto e procurem respostas das atividades no livro onde a maioria não sabe ler? No nosso entender é uma prática um pouco inviável.

Percebemos que as metodologias estão pautadas em um modelo pedagógico tradicional, além do uso mecanizado do livro didático bastante presente no espaço escolar; por outro lado, a formação precária da área em questão e a pouca importância que é dado ao ensino da disciplina, acabam prejudicando a aprendizagem e não contribuindo para a construção do conhecimento histórico dos educandos.

Entende-se que metodologia se refere a um conjunto de procedimentos que visa a obtenção de um certo resultado, em relação ao ensino é considerada uma prática que norteia o trabalho pedagógico, conforme Libâneo (1994), “metodologias de ensino são as ações do professor pelas quais se organizam as atividades de ensino e dos alunos para atingir objetivos do trabalho docente em relação a um conteúdo específico”. Ou seja, é indispensável ao professor e no desenvolvimento do conhecimento de outrem.

Sabemos o quão vasto são os recursos e materiais para ser trabalhado durante as aulas de História nos anos iniciais pelo docente, a fim de facilitar o processo de ensino e aprendizagem e de construção do saber histórico, apesar disso ainda existe uma forte dependência do livro didático, conteúdo, atividade e as respostas tem que ser de acordo com ele, assim, tanto o professor, quanto o aluno tem a construção de seu conhecimento limitado a esse único recurso.

De acordo com as observações do campo de pesquisa, as análises das avaliações dos alunos e considerando que eles ainda estão se alfabetizando e a maioria não sabe ler como

deveriam, para alunos de 4º ano, percebemos uma série de fatores que comprometem a aprendizagem e a compreensão dos conceitos históricos e, entre esses, o desinteresse que os alunos possuem, não mostram nenhuma motivação ou interesse em aprender, só copiam o que o professor faz no quadro, a maioria dos alunos não tem o acompanhamento pelos pais em casa, o que acaba dificultando a vida escolar desses educandos.

Acompanhamos também a aplicação de uma avaliação, que foi composta por 10 questões de perguntas simples entre objetivas e subjetivas, mas que além do conhecimento do conteúdo, exigiu reflexão e interpretação, à maioria conseguiu responder aos questionamentos, mas contextualizando, compreendemos que foi uma atividade de memorização, já que a professora faz uma revisão antes com um espelho da prova, com basicamente as mesmas perguntas que caíram na atividade, então eles as decoraram e responderam com a mesma resposta da professora. A seguir o modelo da avaliação:

AValiação DE HISTÓRIA - 4º BIMESTRE

De acordo com os estudos feitos sobre os diferentes povos no continente africano, responda as seguintes questões:

01- Há milhares de anos, o continente africano era habitado por um povo chamado Khoisan. Esse povo se dividia em dois principais grupos? Quais?/?

Khoi - Khoi e San c 10

02- De que viviam os povos:

Khoi-khoi criação de animais. c 10

San caça e a coleta de raízes e frutos. c

03- Por que é importante sabermos sobre as línguas do grupo Banto?

Porque na maioria das vezes as línguas que foram trazidas para o Brasil foram línguas desse grupo.

04- O que os europeus buscavam na África?

() Alimentos e água.

Ouro, marfim e escravos. c 10

() Madeira.

05- A escravidão já existia na África antes da chegada dos europeus. Como ficou a escravidão na África após a chegada dos europeus?

Atividade comercial. c 10

A avaliação é um elemento importante no processo de ensino e aprendizagem, ela precisa organizar a prática docente no sentido de orientar e reorientar as metodologias do

professor, indicando quais as principais dificuldades dos alunos. Porém, a forma como a avaliação tem sido trabalhada nas escolas, reforça a pedagogia do exame, que só considera aquilo que os alunos não sabem, pois parte da perspectiva de mensurar as quantidades de informações retidas pelos alunos. Nosso modelo avaliativo só tem ilustrado nossas práticas pedagógicas tradicionais.

O método de ensino do professor, também é um fator contribuinte, o modo como transmite os conteúdos, sem outro recurso além do livro didático, sem promover uma diversificação das aulas com outros recursos que facilitasse o repasse dos mesmos. Um caminho possível seria no sentido de investimentos nos processos de formação de professores, segundo Dorotéo:

Torna-se necessário investimento em formação inicial e continuada dos profissionais que atuam nos Anos Iniciais, sendo essa função marcada pela polidocência, na qual se exige desse professor o domínio de várias disciplinas, o que tende a tornar frágil o domínio conceitual em determinadas áreas do conhecimento, configurando um dos grandes desafios da formação do docente pedagogo. (2016, p. 9)

Considerando a complexidade do ensino da disciplina, dificilmente haverá possibilidade de uma compreensão de conceitos históricos, contando apenas com a leitura, memorização e cópia, e de forma alguma formaremos cidadãos críticos e interventores dos processos históricos. Por esse motivo, é necessário planejar e desenvolver metodologias condizentes com as finalidades que se esperam alcançar com os objetivos propostos durante o desenvolvimento dos conteúdos em sala de aula.

A história ensinada nos anos iniciais do ensino fundamental não deve se resumir apenas às datas comemorativas, devemos compreender o ensino de História como um importante agente transformador e promover nesses alunos autonomia e consciência crítica, sendo capazes de analisar, refletir, interpretar e intervir nos diferentes segmentos e na história do mundo que os cercam. Por isso, nossa pesquisa procurou investigar as práticas pedagógicas no ensino de História em uma turma do quarto ano do Ensino Fundamental.

Um dos fatores responsáveis pela dificuldade que muitos docentes encontram ao longo de seus planejamentos diários é a carga de trabalho que possuem com diferentes turmas e até mesmo em diferentes instituições que não os permite metodologias diversas e nem a utilização de recursos em todas as aulas como deveria, porém essa não deve se tornar uma

justificativa para não planejar uma aula e nem de prover meios que facilitem o processo de ensino e aprendizagem.

O corpo docente em si não é homogêneo, ele é composto por diferentes sujeitos, com pensamentos e ações que divergem entre si, cada um age a sua maneira, uns desenvolvem métodos tradicionais outros incorporam métodos de uma pedagogia nova, que funcionaram ou não, “os saberes são variados e heterogêneos porque não são unificados, mas sim ecléticos, pois os professores utilizam-se de diferentes teorias, concepções e técnicas, conforme a necessidade encontrada.” (TARDIF, 2000 apud BRIGHENTI, 2015, p. 297).

Neste sentido, não há como definir métodos semelhantes e garantir um único resultado que se adeque as necessidades de todos, sem contar com as inúmeras personalidades de alunos que lhes damos diariamente, e as dificuldades de aprendizagens enfrentadas por eles, às vezes, uma simples metodologia, ou por mais desenvolvida que seja não consegue sanar por completo as dificuldades que os educandos possuem. O que dá certo para uns não dará para outros.

No entanto, não se pode somente apoiar-se na utilização de novos métodos e linguagens, acreditando que a modernização dos meios didáticos é suficiente para tornar uma aula significativa e garantir que todos irão aprender. Muito se ver, o uso inadequado dos recursos didáticos pelos professores, um filme, por exemplo, proposto, na maioria das vezes, sem planejamento, somente para ilustrar o conteúdo, por exemplo.

Muitos são os problemas que cercam a educação e colocam em cheque a qualidade do ensino e da aprendizagem dos educandos, não há como garantir essa qualidade no ensino diante de todas essas questões negativas, que tendem a contribuir cada vez mais para experiências de abandono da educação. O problema não está somente na escola ou no professor, há uma falta de compromisso de todos, principalmente do Estado, quando não proporciona meios dignos ao exercício das práticas educativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do passado e das civilizações nos fornece bases para a compreensão de acontecimentos ao longo dos tempos que servirão para elucidar questões futuras, por que passado e presentes estão sempre relacionados. Nas palavras de Pereira (2011), o Ensino de História perpassa por leituras, envolvendo principalmente a questão de tempo e da ação do homem no meio. Enquanto ser histórico, o indivíduo tem a função de intervir e questionar a história que lhe é ensinada. Neste sentido, a disciplina deve promover a formação de uma consciência crítica nos educandos perante as diferentes informações e situações em nossa sociedade, a fim de construir argumentos e expor seu próprio ponto de vista.

Processo no qual se construirá com a intervenção do professor, considerando que desde as os anos iniciais, o mesmo deve instigar no aluno essa conscientização de que somos agentes históricos e que nossas ações, de maneira direta ou indireta, intervêm no meio social ao qual estamos inseridos, além de que o Ensino de História ser considerado um elemento que contribui para a formação cidadã e fornece condições para refletir sobre os acontecimentos no tempo e espaço.

O professor por sua vez, constitui uma peça importante no processo de ensino e aprendizagem, ao utilizar-se de ferramentas e metodologias apropriadas que serão substanciais e fornecerá as bases para a construção do conhecimento histórico dos educandos.

Na relação professor/aluno é preciso considerar as experiências sociais e o conhecimento prévio que esses sujeitos acumulam durante sua trajetória de vida que também são importantes, o professor não é detentor de todo o saber ele é um mediador e estar sempre aprendendo e compartilhando experiências e conhecimentos, essa relação estabelecida na sala de aula e com o aluno permitirá um ensino harmonioso e a consolidação do aprendizado.

O ensino de História nos anos iniciais torna-se um desafio para o educando, uma vez que, trata-se de um público com uma faixa etária que gera discussões acerca de como iremos desenvolver nesses alunos, desde muito cedo, essa criticidade que exige o ensino da disciplina e lidar com as especificidades de cada criança, sem contar que os docentes não são exclusivamente preparados para ministrar a disciplina em questão, pelo fato de que nos anos iniciais a responsabilidade é de um pedagogo, ou seja, uma formação completamente

contrária a de um professor/historiador. Gerando dúvidas quanto a forma como estão sendo colocados os conceitos da disciplina e que metodologias estão sendo usadas, para a construção desse conhecimento.

Uma vez que, nos anos iniciais esses profissionais se detêm ao processo de alfabetização, já que receberam formação para o exercício dessa função, a preocupação com a leitura e escrita se sobrepõe a importância do ensino de outras disciplinas, principalmente a de História, onde seus textos, na maioria das vezes, servem apenas para o exercício da leitura. Evidentemente, a alfabetização é importante, saber ler e escrever é essencial para compreendermos questões e entender a realidade ao nosso entorno. Para a compreensão da narrativa histórica, presente em diversos contextos sociais e culturais, demanda-se uma habilidade maior muito do que simplesmente ler e escrever, o letramento nos permite a compreensão da nossa realidade e do mundo, “os indivíduos letrados mantêm com os outros e com o mundo que os cerca formas de interação, atitudes, competências discursivas e cognitivas que lhes conferem um determinado e diferenciado estado ou condição de inserção em uma sociedade letrada (SOARES, 2002 apud SILVA, 2012, p. 121)

Portanto, o processo de alfabetização é relevante, assim também como o ensino da História, a leitura, a escrita e o letramento são habilidades importantes para aprendizagem da História, no entanto, para o alunado em questão sendo crianças em aquisição desse processo existem outras possibilidades e recursos a serem utilizados durante as aulas de História capazes de auxiliar a construção de seu conhecimento histórico, uma vez que, não dominando essas habilidades não significa dizer que não serão capazes de aprender, o seu conhecimento pode ser construído de diversas formas, assim, o docente esteja disposto a compactuar com essa aprendizagem.

Durante a realização desta pesquisa percebemos que as dificuldades em aprender História é constituída por diversos elementos, a exemplo, a formação do docente, a utilização de metodologias e recursos inadequados, ou a ausência destes, com relação ao aluno, problemas sociais e a falta de estímulo no ambiente familiar, o que acaba causando desinteresse no educando.

O processo de aquisição de leitura e escrita se faz necessário para a compreensão dos conceitos históricos e a falta de domínio dessas competências em parte dificulta o aprendizado, mas não é o fator determinante ou o único responsável pela incompreensão de

alguns, tendo em vista que alguns alunos que ainda não sabem ler conseguem compreender determinados conteúdos; em contrapartida há outros que lêem razoavelmente, mas possuem dificuldades em apreender os conceitos históricos. Portanto, concluímos que, considerando as particularidades e as dificuldades pedagógicas e também do educando, e apesar do processo de alfabetização, os alunos em questão pesquisados conseguem de maneira significativa compreender a História ensinada a partir dos anos iniciais.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael. **A política de conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional?** In: MOREIRA, Antônio Flavio; TADEU, Tomaz. (Org.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARREIRO, Alex; SILVA, Elvis Roberto Lima da. A criança e a construção do conhecimento histórico. **Fóruns Contemporâneos de Ensino de História no Brasil on-line**, n. 1, 2014. Disponível em www.ojs.fe.unicamp.br/index.php/FEH/article/view/682
- BASTOS ROCHA, Helenice Aparecida. A escrita como condição para o ensino e a aprendizagem de história. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 60, 2010.
- BESERRA, Roberto de Oliveira. **O tema no ensino de história: desafios docentes no desenvolvimento curricular**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2011.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de Historia: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BORGES, Maria Aparecida Quadros; BRAGA, Jezulino Lúcio Mendes. O ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Revista On-line, Unileste–MG**, n. 1, 2004.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História/Secretaria de Educação Fundamental** – Brasília: MEC/ SEF. 1998. Disponível em www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf.
- BRITO, Antonia Edna. Prática pedagógica alfabetizadora: a aquisição da língua escrita como processo sociocultural. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 44, n. 4, p. 2, 2007. Disponível em www.rieoei.org/deloslectores/1877Brito.pdf
- BRIGHENTI, Josiane; BIAVATTI, Vania Tanira; DE SOUZA, Taciana Rodrigues. Metodologias de ensino-aprendizagem: uma abordagem sob a percepção dos alunos. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 8, n. 3, p. 281-304, 2015. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/download/1983-4535.../30483>
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Spicione, 2003.
- DIAS, Maria Aparecida Lima. **Relações entre língua escrita e consciência histórica em produções textuais de crianças e adolescentes**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/...14112007.../TeseMariaAparecidaLimaDias.pdf acesso em 27/09/16
- DIRETRIZES CURRICULARES ENSINO FUNDAMENTAL I 1º AO 5º ANO Disponível em www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/site/arquivos/midiateca/?a=22...prop...pdf
- EDUCAÇÃO É A BASE - Base Nacional Comum Curricular - MEC disponível em www.basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf

FEDERAL, Senado. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Brasília: MEC**, 1996. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção Questões da Nossa Época; v. 14)..

_____, Emília. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1996. 144p.

FONSECA, Selva Guimarães, **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte, Dimensão, 2009, P. 296.

_____, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. 10 ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. 1996. Paz e Terra

_____, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**. 43 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

HIPÓLITO, Marcia Cristina. **O ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental: metodologias e conceitos**. São Paulo, Companhia Editorial Nacional, 2009.

KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas (Org.)** 6 Ed. São Paulo, Contexto, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção magistério. Série Formação do Professor).

NASCIMENTO, Bruno Rafael M. A Ditadura Militar e o ensino de História: uma relação conflituosa. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, V. 6, Nº. 3, 29-39, set./dez. 2016. Disponível em <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao>

OLIVEIRA, S. R. F. de. **O ensino de história nas séries iniciais: cruzando as fronteiras entre a História e a Pedagogia**. *História & Ensino: Revista do Laboratório de Ensino de História / UEL*. vol. 9. Londrina: UEL, out. 2003. p. 259 – 272.

PENA, Rodolfo F. Alves. "O que é cidadania?"; *Brasil Escola*. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-cidadania.htm>.

PEREIRA, Jean Carlos Cerqueira; PACHECO, Miranda Bastos. O ensino de história nas séries iniciais. **Jornada HISTEDBR. Campinas, SP**, v. 2, n. 2, 2011. Disponível em www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/.../VOvTHqqQ.pdf

PEREIRA, Jefferson da Silva. O ENSINO DE HISTÓRIA DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985). Disponível em www.uel.br/eventos/semanacsoc/.../GT6_Jefferson%20da%20Silva%20Pereira.

QUIOSSA, Amanda Sangy. Leitura e escrita: processos que permeiam a História ensinada. **Fóruns Contemporâneos de Ensino de História no Brasil on-line**, 2014. Disponível em www.ufjf.br/.../LEITURA-E-ESCRITA-PROCESSOS-QUE-PERMEIAM-A-HISTÓRIA.

RIZZO, Gilda. **Alfabetização Natural**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009.

SARNOSKI, Eliamara Aparecida. Afetividade no processo ensino aprendizagem. **Revista de Educação de Ideau**, v. 9, n. 20, 2014. Disponível em www.ideal.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/223_1.pdf

SILVA, Elvis Roberto Lima da. Alfabetização histórica é possível? Disponível em www.encontro2012.rj.anpuh.org/.../1338290971_ARQUIVO_ARTIGOANPUH2012

SILVA, Francisco Thiago; VASCONCELOS, Laryssa; CASAGRANDE, Robson Carlos. A Base Nacional Comum Curricular e o ensino de História: reflexões docentes. **Projeção e Docência**, v. 7, n. 2, p. 01-14, 2016. Disponível em www.revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/view/674

SILVA, Marco Antônio. Letramento no Ensino de História (Literacy in History Teaching). **Cadernos de História**, v. 12, n. 17, p. 111-130, 2012. Disponível em WWW.periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/viewFile/P.2237.../4

SILVA, Wagner Tavares da; ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão–UEPB. ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO ENSINO DE HISTÓRIA: UM OLHAR SOBRE O ENSINO MÉDIO. **XIII Encontro Estadual de História. ANPUH-PB, Guarabira**, 2008. Disponível em www.anpuhpb.org/.../ST%2003%20%20Wagner%20Tavares%20da%20Silva%20e%...

SOARES, Magda Becker. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed. 2003.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora, CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo, Scipione, 2004.

_____, M. A. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, C. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto. 2004.

TERRA, Antônia e FREITAS, Denise. **Referencial Curricular de História da Fundação Bradesco**. Págs. 2-12. São Paulo. Dez/2004.

VAILLANT, D.; MARCELO, C. **Ensinando a ensinar**. As quatro etapas de uma aprendizagem. Curitiba: Editora da Universidades Tecnológica Federal do Paraná, 2012.

VELOSO, DANIELE GINO. AFETIVIDADE E APRENDIZAGEM: O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA. Disponível em www.dfe.uem.br/TCC2014/DANIELE_GINO_VELOSO.pdf

VIANA, Iêda. O ensino de História na Ditadura Civil-Militar com a institucionalização dos Estudos Sociais. **Plural (São Paulo. Online)**, v. 21, n. 1, p. 9-30, 2014.

VIEIRA, Madalena Rodrigues. Influência da família no processo de ensino aprendizagem. Mato Grosso, 2015. Disponível em www.5seduc.mt.gov.br/.../Influência-da-Família-no-Processo-de-Ensino-Aprendizagem

VYGOTSKY, L. S., LURIA, A. R., LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 7. ed. São Paulo, Ícone, 2001.